

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

DIANÊS FERRI

A PRISÃO E O TRABALHO

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 07/07/09

pl 
Rosana Maria Gaio
Coord. de Estágio e TCC
Curso de Serviço Social/CSE/UFS

**FLORIANÓPOLIS
2009**

DIANÊS FERRI

A PRISÃO E O TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Simone Sobral Sampaio

FLORIANÓPOLIS
2009

DIANÊS FERRI

TÍTULO: A Prisão e o Trabalho

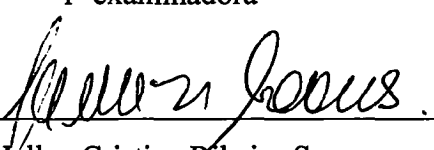
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 04 de Julho de 2009.

Banca examinadora:

Profª. Dra. Simone Sobral Sampaio
Orientadora - UFSC

Profª. Dra. Ana Maria Cartaxo
1ª examinadora


AS Hellen Cristina Ribeiro Soares
2ª examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, por ter me dado força e coragem para enfrentar mais uma etapa árdua da minha vida. Obrigada por sempre ter me dado ânimo, dessa forma, nunca desisti dos meus objetivos.

Com todo orgulho, agradeço aos meus pais, Arnaldo e Odete que me deram a vida e a oportunidade de estudar, tornando-me hoje uma profissional do Serviço Social.

A minha irmã Dirlei, que eu amo tanto, agradeço pelas palavras de afeto e carinho me dado nos momentos que mais precisei. Obrigada “Preta”.

Aos meus irmãos, Darlan e Dirnei, que apesar da distância física e de desentendimentos, tenho a certeza que nunca deixaram de torcer por mim e se orgulharem de verem a sua irmã casula triunfando perante todas as dificuldades vida.

Em especial, aos meus dois irmãos, Décio e Dioclécio, que dos céus, feito anjos estarão sempre olhando e rezando por mim. Vocês fizeram e por toda a eternidade farão parte da minha vida, não passa um dia se quer, sem que eu lembre com todo carinho de vocês. Décio, o nosso laço é de amor eterno!

A minha supervisora do Presídio, muito obrigada Roseana pela oportunidade que me proporcionaste, pois, sem a sua confiança e ajuda dificilmente eu estaria escrevendo essas palavras nesse momento. E ao seu Adilson, muito obrigada.

A minha amiga e sócia Ana, agradeço de coração por toda a força e apoio que tem me dado. Pela paciência de ter enfrentado comigo toda essa etapa tão dificultosa que passei, tendo que aliar faculdade, estágio e o nosso negócio. Nos momentos que mais precisamos é que reconhecemos os verdadeiros amigos. Te adoro.

As minhas melhores amigas, Fátima, Marci, Tati, Soraia, Roseli e a Sophia, obrigada pela ajuda e a compreensão. Adoro vocês.

E finalmente a minha amiga irmã, Leni. A ti minha amiga, dedico não só esse TCC, mas também a minha vida. Desde o momento em que nos conhecemos passamos a compartilhar todos os tipos de situações, boas e ruins, porém, sempre com todo amor, paciência e cumplicidade que verdadeiras amigas têm. Agradeço pelas palavras e o ombro amigo, onde muitas vezes chorei, e você sendo a pessoa iluminada que é, conseguiu fazer com que eu compreendesse e visse as circunstâncias da vida de uma outra forma, por pior que elas pudessem parecer. Eu amo você de todo o meu coração. Obrigada por tudo.

RESUMO

A presente monografia apresenta uma análise do sistema carcerário, enfocando a pesquisa sobre o significado do *trabalho* para os detentos que trabalham nas oficinas dentro do Presídio Masculino de Florianópolis. Estas oficinas de trabalho dentro do Presídio poderiam contribuir de forma significativa para a ressocialização dos detentos, caso houvesse um projeto social com objetivos específicos para a reintegração dos sujeitos. Porém, o que se constata na realidade é que o trabalho no sistema carcerário tem sido meramente ocupacional, não preparando o detento para enfrentar uma sociedade cheia de regras e preconceitos em relação a seu passado. O estudo aponta ainda a falta de estrutura do Presídio para cumprir seu papel, sendo que o trabalho prisional é um direito de todos os reclusos, porém, no Presídio em estudo, apenas 23% da população carcerária tem acesso a este direito, o que demonstra ainda mais a falta de critérios e estrutura para atender tal demanda. A pesquisa também procura analisar o papel da prisão, bem como sua população e os entraves relacionados ao trabalho dentro dessa instituição.

Palavras-chaves: Prisões. Detentos. Ressocialização.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 ANÁLISE DA HISTÓRIA DA PRISÃO – MICHEL FOUCAULT.....	8
2.1 PRISÃO	20
3 A INSTITUIÇÃO PRISIONAL E A LEGITIMAÇÃO DO TRABALHO	25
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL.....	25
3.1.1 A população carcerária, as galerias e a disposição dos reclusos	26
3.2 AS OFICINAS DE TRABALHO	30
3.2.1 As oficinas de Trabalho, as funções exercidas, a rotina, as instituições responsáveis e suas peculiaridades.....	31
3.3 A SOCIEDADE DISCIPLINAR E A FORMA DE LEGITIMAÇÃO DO TRABALHO DENTRO DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL.....	35
4 MÉTODO DE PESQUISA	38
4.1 ENTREVISTAS TEXTUALIZADAS.....	40
4.1.1 Entrevista com o detento Arthur	40
4.1.2 Entrevista com o detento Vinícius.....	44
4.1.3 Entrevista com o detento Marco	48
4.1.4 Entrevista com o detento Victor.....	50
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES	70
ANEXOS	80

1 INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, após dois séculos da reforma penal, percebe-se o que se constatou logo no início da criação da “forma-prisão”, de que o sistema carcerário é uma instituição falida, fracassada, pois não cumpre com seus propósitos.

A crise que se encontra atualmente no sistema carcerário brasileiro é fruto de diversas falhas, como por exemplo, a própria ausência significativa de políticas públicas de segurança, que sempre foi ignorada pelos nossos governantes, trazendo como consequência mais criminalidade e superlotação nos presídios.

Uma das soluções para a ressocialização dos reclusos nos presídios brasileiros é a efetivação das técnicas penitenciárias de trabalho e educação, para que os mesmos possam encontrar alternativas de sobrevivência que não seja o crime, de modo que ao estarem livres da prisão tenham oportunidades de conviver na sociedade.

O trabalho e a educação prisional são defendidos pela Lei de Execução Penal, porém ainda estão longe de alcançar seu objetivo principal, o da ressocialização ou reintegração. Na maioria das prisões poucos são os presos que tem acesso a tal direito, acarretando uma série de problemas em sua reinserção social.

É com frequência que ouvimos os noticiários destacando o aumento da criminalidade brasileira. Isso tem alcançado grande visibilidade nos discursos produzidos no Brasil em torno de temas como o crescimento demográfico, o inchaço das cidades que não possuem nenhum planejamento, provocando seu crescimento desordenado e, sobretudo, a falta de acesso aos seus direitos básicos de alimentação, educação, saúde, moradia e emprego. Esta situação não tem sido diferente em Florianópolis e o que evidencia isso é a superlotação do sistema penitenciário aqui existente.

Esta falta de estrutura vem a acarretar outro problema que é a reincidência, que se destaca na instituição pesquisada, onde 60% dos reclusos são reincidentes, isto é, uma pessoa é presa, cumpre pena, é libertada, mas volta a ser presa outra vez. Em consonância a isso, Thompson (1993) destaca que a repetição freqüente da recidiva, por parte daqueles que cumpriram pena, representada, às vezes, pelo retorno ao cárcere de pessoas que mal saíram dele; trata-se de prova manifesta de que a instituição falhou nos seus objetivos. Tal evidência de Thompson é descrita na pesquisa, na qual os próprios detentos consideram que a prisão não é capaz de recuperar ninguém.

O objeto de estudo dessa monografia é o *trabalho prisional*; e tem como objetivo, apreender o significado do *trabalho prisional* para aqueles que o vivenciam, vale ressaltar que o trabalho em uma instituição carcerária está previsto na LEP capítulo III, “DO TRABALHO”, nas seções I, II e III, que abrangem os artigos 28 ao 37. (Ver anexo 2), porém esses direitos acabam por serem violados, não sendo colocados em prática na sua totalidade conforme prevê a lei.

Para compreender esse estudo, primeiramente foi necessário o entendimento da instituição carcerária ou a “forma-prisão”. A partir da análise fornecida por Michel Foucault em sua obra “Vigiar e Punir”. Nesta primeira seção da monografia foi estudada toda a história da prisão, iniciando-se pelos espetáculos dos suplícios que foram durante muito tempo uma forma de punir os sujeitos que cometiam crimes, dessa maneira os detentores da lei utilizavam o corpo dos supliciados como forma de demonstração do poder absoluto que exercia a lei sobre os criminosos. Ainda nesta seção, estuda-se de que forma deu-se início ao processo de Reforma do sistema penal por volta do século XVIII, deixando-se para traz o vil poder de punir através dos suplícios e constituindo-se a partir desse momento uma nova visão no processo punitivo, onde a lei impõem a sua força de uma maneira mais abstrata ou “humana”, punindo os condenados com a privação de liberdade, por meio da “forma – prisão” que conhecemos atualmente.

Na segunda seção será abordada a instituição prisional onde foi realizada a pesquisa e a legitimação do trabalho dentro da mesma. Descreve-se a sua estrutura física, seus funcionários, população carcerária, as galerias, a disposição dos reclusos na instituição, os trabalhos e funções executadas pelos reclusos denominados como “regalias”. Também nessa seção será abordada as Oficinas de Trabalho onde se realizou a pesquisa, evidenciando a sua forma de critérios para seleção dos *trabalhadores*, a rotina e as funções exercidas em cada uma delas, as instituições responsáveis, ONGs ou instituição privada e suas peculiaridades. No último assunto abordado nessa seção será explicitado de que forma originou-se a sociedade disciplinar, juntamente com o nascimento da sociedade capitalista e qual é o verdadeiro significado do *trabalho* na instituição prisional.

Na última seção dessa monografia, descreve-se o método de pesquisa, o perfil dos entrevistados, as entrevistas textualizadas e a análise das mesmas alicerçadas em diversos autores que descrevem sobre o sistema prisional ou assuntos relacionados ao mesmo. Na análise das entrevistas foram constituídos nove tópicos a serem estudados, todos com extrema relevância no que tange os assuntos relacionados à pesquisa.

2 ANÁLISE DA HISTÓRIA DA PRISÃO – MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault, na sua crítica aos valores da modernidade, procura desvelar como as verdades da sociedade disciplinar foram sendo construídas e a qual modelo de sociedade estão servindo, desenvolvendo uma análise exaustiva dos sistemas punitivos.

Este trabalho está embasado na principal obra de Michel Foucault, no que tange a questão da história da prisão e suas instituições disciplinares, o livro *Vigiar e Punir* (1977). Neste capítulo será descrita e analisada a história da prisão, desde o seu início, com os seus atrozes espetáculos do suplício, passando pela reforma penal até a constituição da instituição prisão, fazendo uma analogia entre o que a história mostra e o que ainda está enraizado nas instituições prisionais na contemporaneidade.

Segundo Foucault (1977, p. 33) “a ordenação de 1670 regem, até a Revolução, as formas gerais da prática penal. Eis a hierarquia dos castigos por elas prescritos: A Morte, a questão com reserva de provas, as galeras, o açoite, a confissão pública, o banimento.”. Segundo o tipo de crime cometido, os castigos eram mais ou menos cruéis. Durante muito tempo, a ostentação dos suplícios foi à prática penal utilizada pelos homens da lei, onde os castigos eram praticados conforme o tipo de crime cometido.

Levando em consideração o número total de crimes cometidos naquela época, cerca de 10% dos mesmos era levado aos exageros dos suplícios; pois haviam crimes em que eram modificadas ou manipuladas as provas para abrandar os castigos aos criminosos (FOUCAULT, 1977). Entretanto os crimes que eram considerados de baixa gravidade não deixavam de, juntamente com a pena de privação da liberdade, também ter algum tipo de castigo corporal. O suplício é “Pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz; e acrescentava: ‘É um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade’” (JAUCOURT apud FOUCAULT, 1977, p. 34).

A exposição, a coleira de ferro, o açoite, a marcação com ferrete eram alguns dos castigos corporais aplicados nos criminosos, tanto em homens quanto em mulheres, que não eram condenados à morte, ou seja, o corpo do condenado acabava sendo de certa forma propriedade da justiça, foi à maneira que a mesma encontrou para manifestar o seu total poder sobre a pessoa. Fazendo com que toda a sociedade compreendesse o poder que a justiça exercia sobre todos.

O suplício para Foucault (1977, p. 34),

Não é uma forma de expressão da justiça que não existe uma explicação para o que está sendo feito, existe sim um por que daquela forma de expressão da lei, não é apenas uma forma de raiva exacerbada, o Suplício é justificado, uma maneira que a lei encontrou para punir os condenados, mas que existe nexos, as vezes exagerado, porém alicerçado na lei.

O corpo do condenado supliciado levava consigo a marca da lei, não somente na sua memória, mas também no seu corpo para sempre. Para cada tipo de crime cometido existia um castigo diferente ou punição que era visto no próprio corpo do condenado. A Justiça perseguia o corpo, como forma de expressar o seu poder total sobre as pessoas – “nos ‘excessos’ dos suplícios, se investe toda economia do poder” (FOUCAULT, 1977, p. 35).

Em relação aos processos penais, de acordo com Foucault (1977), no século XVII, na Europa a justiça penal era absoluta, não podendo o condenado saber o motivo pelo qual estava sendo julgado, não tendo acesso as testemunhas, não sabendo quais eram as provas que havia contra ele, ou seja, o poder que a justiça penal exercia sobre os condenados era total e inquestionável, assim julgavam da maneira em que acreditavam ser a verdade e baseavam-se em relatórios, provas e testemunhas, montando um quebra-cabeça. Depois de todo o processo pronto é que o condenado saberia qual seria a sua sentença e, muitas vezes, por qual motivo estava sendo condenado.

Dessa forma o poder soberano cabia sempre a justiça, não tendo o povo nenhum direito de lutar por seus direitos individuais, como a sua própria defesa ou acesso ao processo. Oprimido, o povo tinha que aceitar o poder absoluto do Rei e da sua Justiça absoluta.

Ainda na questão dos processos, o julgamento diferenciado entre classes sociais (burguesia e proletariado) levando em consideração a maneira discrepante a que eram julgados ricos e pobres naquela época, e nos dias atuais, tinham e continuam tendo julgamentos de maneira completamente diferentes, sendo as penas também desiguais. O que a justiça prescreve é que a mesma deve ser igual para todos os membros da sociedade, todavia, sabe-se que essa premissa não é verdadeira, julgamentos distintos para classes sociais diferentes. Isto é um exemplo claro do poder absoluto da justiça, querendo afirmar e reafirmar seu poder perante toda uma sociedade, na defesa de uma classe em detrimento da outra.

No que diz respeito à forma em que a justiça trabalha para obter a confirmação do crime pelo condenado, também, é um processo que vem desde a época dos suplícios até a contemporaneidade, ou seja, continua-se com a prática da tortura, porém, fora do alcance dos olhos da sociedade.

Diante dos fatos o condenado, do século XVIII, acabava sendo torturado para confessar o crime que cometeu ou não. Assim inicia-se um jogo de forças entre o condenado e a justiça, através da tortura, a lei tenta arrancar a confissão do condenado, caso ele resista até o fim, sem fazer nenhum tipo de confissão é, dependendo do tipo de crime, inocentado. No entanto a justiça se enfraquece perante os olhos da sociedade. Muitas vezes os condenados confessam crimes que não cometeram e outros resistem e acabam sendo inocentados.

Perante esse quadro a justiça mede forças com o suposto criminoso, e para prevalecer o poder da mesma, leva até as últimas consequências o ato da tortura, tendo novamente o corpo como forma de expressão do seu poder maior.

Quando o condenado confessa o crime, deixa-se claro para a sociedade que a justiça é a voz da verdade, mostrando a todos que tem o poder máximo sobre todas as pessoas. “O verdadeiro suplício tem por função fazer “brilhar a verdade”, pois um castigo bem executado acaba trazendo a confissão do criminoso, justificando a crueldade dos castigos durante as torturas” (FOUCAULT, 1977, p. 42).

A maneira teatral a que a justiça trabalhava, também, era uma forma de demonstração do seu poder absoluto. Os suplícios eram uma forma de fazer com os condenados exatamente a mesma coisa que eles fizeram com suas vítimas. De uma forma teatral, a justiça levava os condenados ao local dos crimes e repetia com eles o que eles haviam feito com suas vítimas, se a pessoa havia sido assassinada com facadas em vários lugares do corpo, o condenado deveria pagar pelo seu crime sendo supliciado da mesma forma e no mesmo lugar, assim a população saberia o que lhes aconteceria caso cometessem algum crime.

Diante dessas demonstrações atrozes dos suplícios, o povo sempre teve um papel importante, pois como diz Foucault (1977, p. 53) “Nas cerimônias do suplício, o personagem principal é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização”. A cerimônia do suplício não teria sentido sem que fosse para todo o povo ver, porque o principal objetivo é justamente a expressão de poder que o soberano exerce nos rituais cruéis do castigo, “para que esse poder exerça uma forma de coibição, opressão, intimidação” (FOUCAULT, 1977, p. 55).

Por outro lado o povo, também, serve de testemunha da justiça, ou seja, ele está vendo com os próprios olhos os criminosos serem punidos pelos seus crimes, onde a justiça prevaleceu, faz jus ao seu papel de punir os criminosos, garantindo a proteção do povo.

A população muitas vezes acabava tendo um papel ambíguo no que diz respeito aos protestos durante os suplícios, poderiam estar contra os condenados e a favor da justiça ou apoiando os criminosos e revoltando-se contra a justiça. Eram feitas manifestações e

aclamações durante os suplícios a favor dos criminosos, que eram tidos como injustiçados, ou também para aqueles que tinham alta notoriedade junto ao povo. No entanto, os condenados que não tinham mais nada a perder falavam tudo o que sentiam e achavam sobre o poder, a justiça, o rei, as leis. Nesse momento os que eram contra os suplícios aclamavam-nos e defendiam-nos, causando tumultos durante as execuções. Os papéis acabavam invertendo-se, o criminoso muitas vezes era adorado e o poder da justiça tido como cruel e injusto.

Por volta do século XVIII e início do século XIX começa o desaparecimento dos suplícios. Com o intuito de não “punir o corpo e sim a mente”, tem-se a grande ênfase dada a “humanização”, com castigos que atingissem menos o corpo físico, sem os maus tratos e espetáculos em praça pública.

Nesse tempo de reforma, os homens da lei queriam deixar os espetáculos dos suplícios como fazendo parte de um passado ultrajante na história, estavam percebendo que os suplícios feitos por eles acabavam igualando-os aos criminosos, pois também estavam tirando a vida de outra pessoa e de uma forma aterrorizante.

A partir desse momento, tem-se uma nova visão no processo punitivo, como diz Foucault (1977, p. 15) “[...] a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens [...]”. Partindo dessa premissa, a lei deixa o papel de punir com violência corporal e passa a impor sua força de uma maneira mais abstrata, punindo os condenados com a privação da liberdade, atingindo assim não mais o corpo, mas a mente do indivíduo. Nesse sentido, Foucault (1977, p. 15) acrescenta:

O essencial da pena que nós, juízes, infligimos não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, ‘curar’; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores¹.

Aos olhos dos detentores da lei, punir não é o seu intuito, pois dar-lhes-ia uma imagem de carrascos e castigadores, mas sim a idéia de corrigir e reeducar é que abrandam as suas consciências de juízes da lei, que está nas suas mãos a responsabilidade sobre a vida de uma pessoa. “Curar” também é um termo muito forte em tratando-se de sistemas punitivos. Até onde existe um significado ou realmente uma eficácia em dizer que privando um indivíduo da sua liberdade ele irá curar-se, levando em consideração os crimes que havia cometido?

¹ Esta citação diz respeito à administração das prisões na França, que ficaram por muito tempo sob a dependência do ministério do Interior, e a dos trabalhos forçados sob o controle da Marinha e das Colônias. E acima dessa distribuição dos papéis realiza-se a negação teórica.

Deixam de existir os suplicios e espetáculos em praça pública, onde tirava-se a vida do suposto criminoso com toda a dor e violência que os juízes determinavam, em contrapartida, a partir da reforma das ações punitivas continuava-se a tirar a vida dos condenados, mas agora, a justiça apoiava-se na idéia de que não existia o castigo da dor do corpo. Continuava-se a tirar a vida dos condenados, porém, de uma forma mais sutil e sem dor, aplicando-lhes injeções letais, por isso continua-se com a idéia que o criminoso deve pagar com a vida pelo seu ato feito contra as leis.

Sendo assim a justiça camufla-se ao passar para a sociedade a idéia de que os homens da lei são justos e não cometem mais os suplicios contra seus condenados, entretanto, continuam tirando a vida de pessoas, acabando dessa forma igualando-se aos próprios criminosos.

Dá-se início a Reforma da punição, os crimes devem ser, a partir deste momento, punidos de outra forma, defendiam os reformadores. Eles queriam dar um basta nos espetáculos públicos, que acabavam revoltando a população, horrorizando os condenados e colocando no papel do carrasco o verdadeiro criminoso, os mesmos queriam por um fim na tirania do poder absoluto do sistema penal. “Os reformadores começavam a defender a ‘humanidade’ que existe no homem”, diz Foucault (1997, p. 70).

Essa transformação na sociedade não chega de uma hora para outra, a reforma do próprio abrandamento dos crimes vem juntamente com a modificação econômica da época. A reforma tem por objetivos principais,

Fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva a sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir (FOUCAULT, 1977, p. 76).

Através da reforma penal não nascia uma justiça mais sensível, porém iniciava-se uma nova política com relação às ilegalidades. A parte da população menos favorecida era sempre a que menos tinha privilégio. Quanto mais pobre fosse o criminoso maior era a possibilidade de sofrer castigos mais severos, em contrapartida, quem tinha algum tipo de status dentro da sociedade, por mais que cometesse algum tipo de delito, a punição seria mais facilmente abrandado pela lei.

A partir desse momento os crimes começavam a serem qualificados e julgados de forma diferente, dependendo do tipo do crime, a pessoa teria certo tipo de condenação. Deu-se início a um novo modelo na forma de classificar os delitos, diferenciando os crimes de sangue, os econômicos e os políticos. Segundo Foucault (1977, p. 80) “a economia das

ilegalidades se reestruturou com desenvolvimento da sociedade capitalista”, sendo que os crimes de bens começam a crescer gradativamente em relação aos demais, isso também é devido ao aumento da riqueza na Europa do século XVIII.

Conforme a economia da época crescia, também aumentava os delitos referentes aos crimes econômicos de bens, os roubos em grandes armazéns, em fábricas e nos portos. Isso deixa claro que nesta época, por volta da metade do século XVIII, os crimes de bens tenderam a crescer substancialmente. Na ilegalidade de bens, a maioria infratora eram as pessoas de classe menos favorecidas, os mais pobres, já os crimes que envolviam as ilegalidades de direito, como fraudes, evasões fiscais e operações comerciais irregulares eram cometidos por pessoas da classe dominante (FOUCAULT, 1977, p. 80).

Dessa forma tem-se uma justiça desigual para a população. Para os crimes cometidos pelos “vagabundos” a punição seria uma, já para os crimes praticados por pessoas da burguesia as punições seriam outras. Verificando-se assim a total diferenciação de classes, mesmo fazendo parte de uma mesma sociedade, mesmo todos tendo cometido delitos, são tratados e julgados de formas diferentes. Essa realidade continua presente, pois nos tempos atuais presencia-se a mesma situação, a classe excluída e marginalizada é punida de forma severa pela justiça, enquanto que a burguesia, que faz parte da classe capitalista dominante, é abrandada pela lei.

A Reforma penal do século XVIII teve por principais objetivos: “constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir” (FOUCAULT, 1977, p. 82). A sociedade, após a reforma penal, foi colocada como sendo parte da justiça penal, ou seja, se um crime era cometido o efeito que ele causava ofendia a toda sociedade, não somente a quem era diretamente prejudicado. O crime prejudica toda sociedade inclusive ao próprio criminoso que faz parte dela. O poder da justiça a partir de agora acaba dizendo não ter mais o poder absoluto que o tinha na época dos suplícios. A justiça coloca também a sociedade como co-responsável pela criminalidade. Nesse sentido, “O castigo penal é então uma função generalizada coextensiva ao corpo social e a cada um de seus elementos.” (FOUCAULT, 1977, p. 82).

Sempre segundo Foucault (1977, p. 86), “os reformadores pensam dar ao poder de punir um instrumento econômico, eficaz, generalizável por todo o corpo social, que possa codificar todos os comportamentos e conseqüentemente reduzir todo o domínio difuso das ilegalidades”. Esse instrumento repousa sobre seis regras importantes (FOUCAULT, 1977, p. 86):

1ª regra da quantidade mínima: essa regra perpassa idéia de que se o crime traz vantagens ao delituoso, então a punição deve ter uma expressão muito maior, ou seja, o criminoso deve ter em mente de que a punição que terá vai ser muito maior do que a vantagem obtida pelo crime.

2ª regra da idealidade suficiente: não utilizar mais o corpo como forma punitiva de sofrimento, ou seja, a recusa dos suplícios, o corpo deve ser utilizado para a punição de uma forma representativa e racional, sem a presença da tortura, porém com a privação de liberdade.

3ª regra dos efeitos laterais: o poder de punição quer mostrar a sociedade qual é o custo de cometer um crime, assim a pena acaba surtindo efeitos muito mais intensos nas pessoas que não cometeram nenhum crime, ou seja, a sociedade acaba tendo o exemplo do que acontecerá caso cometa algum tipo de ilegalidade.

4ª regra da certeza perfeita: as leis começam a serem publicadas para a sociedade, deixa-se para traz a idéia de que somente os soberanos da justiça deveriam ter conhecimentos das mesmas e seus castigos. Para a sociedade colocam-se todas as leis e todas as punições que serão apresentadas para cada tipo de crime, assim a sociedade fica consciente do que lhes acontecerá caso venha cometer algum daqueles delitos.

5ª regra da verdade comum: deixa-se no passado a prática da tortura para a obtenção para confissão ou suposta verdade, onde a dor e o sofrimento levavam o condenado à confissão de crime até não cometidos. Essa regra baseia-se na prática comum da verdade, onde a justiça irá fundamentar-se em provas e relatórios baseada em pesquisas empíricas. A justiça já não é dona absoluta da verdade, agora o delituoso só poderá ser condenado a partir do momento em que todas as provas forem verdadeiramente comprovadas contra o mesmo. A regra de que “ele é inocente até que se prove o contrário” (FOUCAULT, 1997, p. 88).

6ª regra da especificação ideal: a partir da Reforma, a justiça começa a qualificar todos os tipos de infrações. Faz-se necessário criar um código para identificar e individualizar cada tipo de crime, fixando assim as penas para cada um deles expressas no Código Penal. Essa individualização “vai representar um peso muito grande em toda história do direito penal moderno” (FOUCAULT, 1977, p. 90).

Tem-se então a partir da Reforma do século XVIII, uma inédita forma de punir, o corpo continua sendo o símbolo da punição, porém de uma forma mais branda ou “humana.” Os reformadores deram início a análises dos crimes e de que forma deveriam ser punidos. Em resumo, “encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja a idéia seja tal que torne definitivamente sem atração a idéia de um delito” (FOUCAULT, 1977,

p. 94). E, ainda, o crime deve ser punido tendo ligação analógica com o crime cometido, ou seja, a morte para o assassino, os que abusam da liberdade pública devem ser privados da sua, entre outros. As pessoas devem ter a consciência ou visão de que aquela punição está remetida exatamente ao tipo de crime cometido pelo delituoso.

As penas a partir da reforma terão um tempo definido, o Código de 1791 “prevê a morte para os traidores e assassinos; todas as outras penas devem ter um tempo máximo de 20 anos” (FOUCAULT, 1977, p. 97). Os reformadores defendiam a idéia de que o tempo que os criminosos passassem na cadeia acabaria conscientizando-nos de seus próprios atos, assim com a privação da liberdade eles sofreriam e iriam recuperar-se. Assim, as penas deixariam de ser inúteis aos olhos da sociedade, o condenado começaria a trabalhar em prol da comunidade, em trabalhos forçados e completamente escravo.

A sociedade defendia a idéia de que o delituoso deveria pagar a sua pena de uma forma que fosse reparar o crime que cometeram perante os cidadãos. Nesse caso, a publicidade da punição não deve tornar-se um exemplo de terror e sim exemplo para todos os cidadãos do que acontece com os que infringem às leis. Os reformadores tiveram a preocupação de apagar da memória da sociedade a glória de muitos criminosos. Na época existiram muitos criminosos que foram venerados pelo povo o que, em contra partida, denegria a imagem da justiça. Os reformadores encarregaram-se de mudar esse discurso, colocando os criminosos como tal e a lei acima de tudo.

Todavia, a reclusão penal é criticada por muitos reformadores “porque é incapaz de responder a especificidade dos crimes. Porque é desprovida de efeito sobre o público. Porque é inútil à sociedade até nociva; é cara, mantém os condenados na ociosidade, multiplica-lhes os vícios” (FOUCAULT, 1977, p. 102). E, também, “a prisão em seu todo é incompatível com toda essa técnica da pena-efeito, da pena-representação, da pena-função geral, da pena-sinal e discurso. Ela é a escuridão, a violência e a suspeita” (FOUCAULT, 1977, p. 102).

Mas a idéia de que a justiça quer passar para a sociedade é que está correta e mais “humanizada”, não causando mais horrores contra os condenados, mas na verdade continuam matando, só que de uma forma mais sutil, silenciosa, para não agredir aos olhos da sociedade. Desse modo, “os rituais modernos da execução capital dão testemunho desse duplo processo-supressão do espetáculo, anulação da dor” (FOUCAULT, 1977, p. 107).

Tem-se a idéia de que, sem os castigos horrendos que sofriam os condenados e que provocavam dores insuportáveis, a justiça estaria cumprindo o seu papel de uma forma mais amena aos olhos da sociedade, sem que os homens da lei comparassem-se aos criminosos, pois estariam dando uma morte digna, sem dores e de uma forma rápida.

Após a fase em que a pena de morte dava-se com a condenação a guilhotina, inicia-se uma nova fase do sistema penal, uma época de consciência punitiva, com a exclusão das encenações de horrores e de dor. Foucault (1977, p. 109), acrescenta que:

Esse período deu-se por volta de 1830 e 1848. Esse processo não foi de forma uniforme, muitos países europeus resistiram à tendência das reformas do sistema penal, onde sim foram gradativamente se adaptando, por um longo período de tempo, pois estava longe de ter chegado completamente ao fim todas aquelas “marcas” ou consequências advindas dos mecanismos do sistema penal.

As execuções apenas foram camufladas, ficaram longe dos olhos do público e durante muito tempo tornaram-se secretas. “Até meados do século XIX, não deixou de existir o poder sobre o corpo do condenado, porém agora existem novas técnicas para estar punindo o condenado de uma forma que faça com que ele continue sentindo no próprio corpo o peso da sua punição”, o que pode ser verificado na “redução alimentar, privação sexual, expiação física e a masmorra, são formas de punição que atingem o corpo do condenado” (FOUCAULT, 1977, p. 112). Para Foucault (1977, p. 113) ainda há a questão da alma: “uma ‘alma’ o habita e o leva a existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política, a alma, prisão do corpo”.

As revoltas expressas pelas várias rebeliões acontecida em diversos lugares do mundo não se estabelece pelo fato da deteriorização das prisões com a sua superlotação, a sua falta de estrutura física, com a equipe técnica, mas sim, “tratava-se bem de uma revolta, ao nível dos corpos, contra o próprio corpo da prisão, [...] era sua materialidade na medida em que ele é instrumento e vetor de poder, era toda essa tecnologia do poder sobre o corpo [...]” (FOUCAULT, 1977, p. 114).

As rebeliões ou revoluções apoiavam-se sobre a falta de liberdade do corpo, onde o sistema penal tem o completo poder sobre o corpo do condenado; e foi apoiando-se nessa premissa da privação de liberdade que os condenados revoltavam-se contra os seus julgadores, sem muitas vezes considerarem os crimes que os levavam a estarem dentro da prisão.

A questão material e instrumental das prisões muitas vezes não é levada em consideração, pois há rebeliões também em presídios que são considerados modelos, isso deve-se ao fato de o condenado não levar em consideração apenas onde está preso, se existe corpo técnico para atendê-lo, ou se tem uma boa comida para alimentá-lo, a privação da liberdade do condenado faz com que ele revolte-se contra o sistema prisional, pois sob seu olhar na relação de poder, entre o sistema e o indivíduo, sempre o desfavorecido ultrajado e

humilhado será o condenado. Assim tem-se a idéia de inversão de valores, como na época dos suplícios, onde os condenados acabavam tornando-se vítimas do sistema.

A revolta do condenado estende-se sobre todo o sistema prisional, desde o juiz que o julgou, o promotor, a polícia, o diretor do presídio, os agentes penitenciários até a equipe técnica. De certa forma, aos seus olhos, todos são culpados por ele estar encarcerado, pelo fato da privação de liberdade de seu corpo.

Aliado a esse processo, “uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “Mecânica do poder” está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1977, p.127). Trata-se da construção de corpos dóceis “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1977, p. 126).

A idéia de disciplina minuciosa de grupo em certo local específico vem, no século XVIII, com os treinamentos rigorosos para os soldados. A partir dessa técnica de disciplina dos detalhes, expande-se a idéia para outros campos da sociedade como os colégios, os conventos, as fábricas, os hospitais, os exércitos, entre outras instituições disciplinares. Em cada um desses espaços existiam as suas formas detalhadas e rígidas de disciplina.

De acordo com Foucault (1977, p. 130), “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”. Nesses espaços específicos de disciplina, coloca-se um grupo de pessoas onde possam ser facilmente analisadas, vigiadas e controladas. Os espaços de quadriculamento dentro do sistema penal foram popularizando-se como “celas”, local de completa solidão, onde cada indivíduo recolhe-se para poder pensar em si mesmo e na própria vida, “solidão necessária do corpo e da alma” (FOUCAULT, 1977, p. 131).

O processo de disciplina que passa pelos vários setores da sociedade alicerça-se na ordem, a organização dentro das fábricas, dos colégios, das prisões, dos hospitais; esses locais são espaços físicos que geravam anteriormente muitas irregularidades e indisciplina, após a técnica da separação de corpos foram sendo controlados através do espaço e tempo da mecânica da disciplina.

Torna-se mais fácil controlar os corpos e discipliná-los, essa técnica de disciplina foi de grande importância para a política econômica do século XVIII, pois através dela as fábricas, principalmente, tornaram-se mais produtivas e lucrativas. Portanto, controlando os corpos através do espaço e tempo, dentro da mecânica da disciplina, a sociedade burguesa pode certificar a eficácia dessa nova técnica. Corpos “dóceis”, disciplinados rigorosamente,

corpos treinados para trabalhar em favor da economia do poder, cada qual em sua esfera específica, seja no exército, nas fábricas, nas escolas ou nas prisões.

“O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se aprimorar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’” e é através desse “adestramento” que em todos os espaços da sociedade encontrar-se-á essa disciplina, também no que tange o aparelho do sistema penal (FOUCAULT, 1977, p. 153).

Um desses recursos de adestramento é o acampamento militar, onde através da disciplina rigorosa e alicerçada nos métodos de divisão de grupos, disposição de fila e colunas e números de tendas, “desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros:” onde o poder disciplinar tem a visão geral não escapando nada aos seus olhares, exercendo assim o poder coercitivo dos disciplinantes para com os disciplinados (FOUCAULT, 1977, p. 154).

A arquitetura no formato circular no século XVIII foi uma descoberta para o sistema disciplinar, os prédios construídos em formato de círculo foram um sucesso, pois davam ao poder disciplinador uma constante visão de todos os corpos que estavam dentro das celas ou salas, nos setores das fábricas ou até mesmo nos leitos de hospitais.

Dessa maneira, “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 1977, p. 157).

A disciplina dentro das fábricas tem papel fundamental, pois é através dela que se tem o controle absoluto de todos os operários, porém de uma forma silenciosa com um olhar disciplinador e absoluto sobre todos, fazendo assim com que esses operários trabalhassem mais, produzindo continuamente, dessa forma os proprietários das fábricas lucravam abundantemente e a economia crescia.

Todo o sistema disciplinador tem um vínculo com a penalidade, pois dentro dos locais de disciplina tudo o que transgride as normas acaba sendo punido com castigos leves. A falta de atenção, o atraso, a desobediência, dentre outros fatores, fazem com que cada pessoa que venha a cometê-los seja punida de uma certa maneira, que vai desde a humilhação até pequenos castigos físicos.

Foucault (1997, p. 160) pondera que “o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo”. O sistema disciplinar tem o papel de marcar os desvios disciplinares e enfatizar as qualidades dos indivíduos alicerçando-se na idéia de castigá-los ou recompensá-los. Ainda segundo Foucault (1977, p. 172). “o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade, mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama ‘disciplina’”.

A construção do modelo disciplinar tem um longo percurso histórico. Dentro das medidas disciplinantes existiu na história, no século XVII, grandes proliferações de pestes que levaram os governantes a tomarem certas medidas drásticas. Todas as pessoas deveriam ficar trancadas em suas casas, com pena de morte para quem desobedecesse. O regime disciplinar era constante e altamente rigoroso, cada família deveria ficar em sua casa, apenas os soldados e inspetores poderiam ficar circulando pelas ruas; a cada quatro dias todas as casas eram inspecionadas através de pequenas janelas onde todos colocavam o rosto para o inspetor verificar se existia alguém doente ou algum cadáver. Dessa forma procurava-se evitar o contato entre as pessoas, impedindo a proliferação da doença, assim eram as quarentenas da peste na Europa no século XVII (FOUCAULT, 1977).

No que diz respeito à questão da disciplina, o poder que os governantes exerciam sobre a população era constante e absoluto. Todas as pessoas deveriam obedecer sob pena de morte. O poder coercitivo exercido sobre a população era tático, meticuloso e disciplinante, porém tendo suas diferenciações individuais.

Durante as epidemias das pestes, o governo exercia um poder disciplinar com o intuito de manter uma sociedade controlada. Já com relação à lepra a situação era completamente diferente, o governo tinha a intenção de manter a comunidade pura, excluindo então todas as pessoas que tinham a doença. De acordo com Foucault (1977, p. 176),

Esquemas diferentes portanto mas não incompatíveis. Lentamente, vemo-los se aproximarem; e é próprio do século XIX ter aplicado ao espaço de exclusão de que o leproso era o habitante simbólico (e os mendigos, os vagabundos, os loucos, os violentos, formavam a população real). A técnica de poder própria do “quadriculamento disciplinar”.

Através dessa exclusão nascem as instituições, para tratar os considerados “anormais”, o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, todos são locais de controle individual, que definem técnicas que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os “anormais”. Para Foucault (1977, p. 177) “o panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição.”

O panóptico é uma construção de forma redonda, anelar, onde no centro existe uma torre de vigilância e na parte mais alta da torre têm janelas em todos os lados, que permitem os guardas verem a parte interna do prédio circular. Nesse prédio existem as celas que são vazadas por duas janelas, uma fica na parte externa, para a entrada de luminosidade e a outra na parte interna, para que o vigilante possa observar tudo o que se passa dentro da cela.

Através desse projeto arquitetônico o vigilante tem como observar os movimentos dentro de cada cela, pois a luminosidade faz com que dê para ver as silhuetas dentro da

mesma. Dessa forma a pessoa que está dentro da cela não tem como saber a quem o vigilante está cuidando, esta é a armadilha da visibilidade. Assim Foucault (1977, p. 177) aponta “o efeito mais importante do panóptico: Induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder”.

Com a sua invenção arquitetônica, Bentham, construiu um local onde o poder não necessitaria usar a força para obrigar o condenado ao bom comportamento. Desse modo “o panoptismo é o princípio geral de uma nova “autonomia política”, cujo objeto e fim não são a relação de soberania mas as relações de disciplina” (FOUCAULT, 1977, p. 183). Perpassaram pelo século XVII e XVIII vários dispositivos de disciplina, desde a disciplina de exceção até a de uma vigilância generalizada, onde segundo Foucault (1977, p. 184) “[...] sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar a grosso modo a sociedade disciplinar”.

2.1 PRISÃO

A Prisão, para Foucault (1977, p. 207) “não é uma prática recente em se tratando da sua ‘tática’”. O encarceramento, esta “forma - prisão” constituiu-se fora do aparelho judiciário. Foucault (1977, p. 207) define como “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão antes que a lei a definisse como a pena por excelência”.

A instituição prisão denomina-se peça fundamental no conjunto das punições, onde marca um momento importante na história da justiça penal, onde vê-se esta instituição como fonte “humanizadora”, com o objetivo de recuperar e regenerar os indivíduos. Entretanto, essa roupagem que a instituição prisão veste não condiz com a forma de agir e tratar os indivíduos, porém o nascimento da prisão traduziu-se em “pena das sociedades civilizadas”. Assim “não foi o acaso, não foi o capricho do legislador que fizeram do encarceramento a base e o edifício quase inteiro da nossa escala penal atual: foi o progresso das idéias e a educação dos costumes” (FOUCAULT, 1977, p. 208).

Conforme Foucault (1977, p. 210) “a idéia da prisão é uma detestável solução, e que não se tem ainda outra forma de punição para substituir a instituição prisão”. A instituição prisão vem passando por inúmeras reformas desde a sua constituição, reformas essas que têm por objetivos a melhoria do sistema prisional, pois sem muitos sucessos, os mesmos

continuam sendo uma forma legal de punição, como diz o autor, “instituição que se fundamentam num aparelho disciplinar exaustivo.”

A prisão torna-se o veículo da regeneração do indivíduo, por meio da política incessante da disciplina. Com a privação de liberdade o indivíduo não apenas perde o seu direito de ir e vir, ele também perde os seus próprios valores, dessa forma o sistema prisional molda os indivíduos tornando-os “corpos dóceis”, através de suas regras de disciplinariedade.

O isolamento do indivíduo é uma das formas que o sistema prisional encontrou para colocá-lo em constante contato com sua própria consciência, com o objetivo de fazer com que ele pense e conscientize-se do ato cometido. Que venha arrepender-se, dessa forma a prisão exerce seu poder absoluto sobre o indivíduo, isolando-o e fazendo com que ele repense seus atos.

Juntamente com o isolamento, o trabalho também é definido como agente de transformação do indivíduo dentro do cárcere. Conforme Foucault (1977, p. 216) descreve, “O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado irrefletido em uma peça que desempenham seu papel com perfeita regularidade.”

O trabalho dentro da prisão tem o objetivo principal de ocupar o tempo, para muitos condenados isso significa anos de reclusão. Dessa forma ocupando o espaço de ociosidade do indivíduo, fazendo com que ele cumpra horários e trabalho específico, tem-se a idéia de acalmar os seus corpos agitados, disciplinando aos poucos também o seu pensamento.

O trabalho no sistema carcerário acaba moldando os condenados de uma forma metódica, acalmando seus corpos. Assim, o detento torna-se uma espécie de operário dócil e “adestrado”, e é através do salário que começam a ter um vínculo com o trabalho. Desse modo, saem da prisão, homens aptos para o trabalho de produção, a que se espera a sociedade econômica.

A prisão é um local onde o poder absoluto reina sobre os “corpos” de cada indivíduo ali depositado. Essa instituição, que é o local onde executam-se as penas, tem amplo objetivo, o de observar, vigiar, incessantemente seus prisioneiros e também o de conhecer profundamente cada um deles, analisando seus comportamentos, seu progresso ou regresso.

Para que se concretize essas formas de vigilância, o Panóptico de Jeremy Bentham, tem papel fundamental. O panoptismo dá aos detentores do poder na prisão uma visão, observação, constante e incessante de cada indivíduo, podendo assim controlá-los a cada movimentação. Através do panoptismo tem-se a possibilidade de, o “corpo técnico” da época, observar e documentar o comportamento individual dos detentos.

E é a partir dessas observações documentadas que nasce a sabedoria prisional, o condenado passa a ser analisado constantemente com o intuito de desvelar suas tendências maléficas ou não, passa de um simples condenado a um delinquente ou vice-versa, de um delinquente a um ser recuperado.

Conforme Foucault (1977, p. 227),

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em plena luz como terapêutica e a sentença se inscreve entre os discursos do saber.

Ainda de acordo com o autor, a prisão logo depois da sua constituição já foi motivo de grandes críticas, em seus efeitos visíveis foi denominada como o grande fracasso da justiça penal. “As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta” (FOUCAULT, 1977, p. 234).

A prisão acaba por promover a organização de todo tipo de criminosos, eles acabam tornando-se uma sociedade a parte, organizados pelos seus líderes tornam-se fortes, solidários entre eles e cúmplices em diversos tipos de situações. E é através dessa sociedade organizada que muitos homens condenados pela primeira vez entram no sistema e acabam sendo “educados” na “escola do crime”, essa é a educação do jovem delinquente.

Diante do fracasso da prisão, a justiça procura reativar as técnicas penitenciárias, essas técnicas, porém, nunca se efetivaram realmente em sua plenitude até os dias atuais dentro do sistema penal. Conforme Foucault (1977, p. 237) essas técnicas penitenciárias são:

1. A detenção penal deve então ter por função essencial a transformação do comportamento do indivíduo.
2. Os detentos devem ser isolados ou pelo menos repartidos de acordo com a gravidade penal de seu ato...
3. As penas, cujo desenrolar poderá ser modificado segundo a individualidade dos detentos, os resultados obtidos, os progressos ou as recaídas.
4. O trabalho deve ser uma das peças essenciais da transformação e da socialização progressiva dos detentos.
5. A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento.
6. O regime da prisão deve ser, pelo menos em parte, controlado e assumido por um pessoal especializado...
7. O encarceramento deve ser acompanhado de medidas de controle e de assistência até a readaptação definitiva do antigo detento.

As Técnicas penitenciárias nunca foram cumpridas efetivamente, em 150 anos de estratégia não foram colocadas em prática em sua plenitude, então questiona-se: realmente por

qual motivo ainda existe esse sistema? Se durante tanto tempo não houve um progresso do sistema prisional, então por que o mesmo continua sólido nos tempos atuais?

Talvez deva-se olhar sob outro prisma o sistema prisional, a quem interessa que a massa delinquente continue excluída e massificada? O que se pode observar é que se o objetivo dessa relação de poder é controlar e disciplinar, então esse sistema está alcançando o sucesso. Pois a prisão continua mantendo a delinquência, a reincidência, essa cada vez maior, a “escola do crime” está constituída dentro do sistema, onde a organização dos detentos torna-se cada vez mais solidificada.

Segundo Foucault (1977, p. 240):

O esquema geral da reforma penal foi aplicado no fim do Século XVIII na luta contra a ilegalidade: rompem-se o equilíbrio de tolerâncias, de apoios e de interesses recíprocos, que sob o Antigo Regime mantivera umas ao lado das outras as ilegalidades de diversas camadas sociais.

Ao recusar as leis e os regulamentos, reconhece-se facilmente as lutas contra aqueles que as estabelecem em favor de seus próprios interesses. De acordo com Foucault (1977, p. 241), luta-se agora:

[...] contra a própria lei e a justiça que é encarregada de aplicá-la, contra os proprietários próximos e que impõe os novos direitos, contra os empregadores que se entendem entre si, mas mandam proibir os conluíus, contra os chefes de empresa que multiplicam as máquinas, baixam os salários, prolongam as horas de trabalho, tornam cada vez mais rigorosos os regulamentos das fábricas.

Foi contra o novo regime de propriedade de terra que, implementado pela sociedade burguesa, instaurou-se as lutas contra as ilegalidades camponesas. A Revolução foi contra o novo regime de exploração legal do trabalho, onde as ilegalidades operárias passaram a desenvolverem-se, no começo do século XIX.

O novo regime torna-se cada vez mais austero, vigiando todos os indivíduos da sociedade, principalmente os que já passaram pelo sistema penal. A classe trabalhadora também é constantemente vigiada e controlada, um trabalhador que infrinja a lei acaba tornando-se para sempre um delinquente; pois a sua folha corrida o apontara como infrator.

Para a sociedade, o encarceramento torna-se uma prática habitual desde a era clássica até os dias atuais. As instituições visam o encarceramento como tática de disciplina e adestramento, entre elas o colégio interno, os quartéis, os orfanatos, os asilos, e até mesmo a instituição prisão, todas sempre com o mesmo objetivo a disciplina, tornar corpos dóceis para a sociedade.

Toda essa organização carcerária reúne dispositivos de disciplina, que funcionam dentro de uma sociedade, tanto um colégio interno que abriga indivíduos que não cometeram nenhum delito, quanto uma prisão que encarcera pessoas que cometeram alguma ilegalidade. partem do mesmo princípio à disciplina, dada pela relação de poder. “Mas o efeito mais importante talvez do sistema carcerário e de sua extensão bem além da prisão legal é que ele consegue tornar natural e legítimo o poder de punir [...]” (FOUCAULT, 1977, p. 264).

As instituições disciplinares acabam por legitimarem-se na lei, na justiça, estas que se constituem em uma “forma-prisão”, reproduzem o poder de punir, baseiam-se nas leis, não parecendo aos olhos da sociedade nada de arbitrário nas suas formas de punições. Portanto, o cárcere acaba tornando-se, além da clausura do corpo a contínua observação dele: “uma certa política do corpo, uma certa maneira de tornar dócil e útil a acumulação dos homens” (FOUCAULT, 1977, p. 266).

3 A INSTITUIÇÃO PRISIONAL E A LEGITIMAÇÃO DO TRABALHO

Nesta seção será abordada a instituição penal onde foi realizada a pesquisa, evidenciando suas características, desde sua estrutura física, quadro de funcionários, população carcerária, passando pelas Oficinas de Trabalho, sua rotina, o trabalho executado até suas peculiaridades. Além de retratar a sociedade disciplinar, o seu surgimento juntamente com o modelo econômico atual, o capitalismo. Evidenciando a prisão como forma de controle social, que se alicerça na vigilância, controle e correção dos sujeitos.

Esse item trará ainda o objeto de estudo desta pesquisa, o trabalho na instituição prisional. Qual o seu verdadeiro aspecto dentro de uma instituição prisional e o que o trabalho realmente representa para os integrantes das quatro Oficinas pesquisadas no Presídio Masculino de Florianópolis.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL

O Presídio Masculino de Florianópolis é uma das instituições carcerárias que compõe o Complexo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, onde existem ainda mais três instituições disciplinares que são: O Presídio Feminino, o Hospital de Custódia e a Penitenciária.

A instituição carcerária está diretamente ligada ao Departamento de Administração Penal (DEAP), órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. (Ver anexo 1).

O Presídio depende, tanto jurídica quanto administrativamente, da esfera Estadual e é um dos órgãos responsáveis pela execução da política de segurança pública. Os recursos são de responsabilidade conjunta entre a esfera Federal e a Estadual e o repasse dá-se através da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Até a década de 1970 o Presídio era conhecido como Cadeia Pública, a mudança ocorreu no governo de Vilson Kleinubing, no período de seu governo houve ainda a unificação das Secretarias de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e a Secretaria da Justiça do Estado, transformando-as em Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

O objetivo principal do presídio é abrigar os presos provisórios, ou seja, autuados em flagrante delito, com mandado de prisão preventiva, condenados com sentença em grau de recurso ou em trânsito para outras Comarcas; entretanto, vale destacar, que essa era a meta inicial, porém em consequência da superlotação nas penitenciárias esta instituição acaba abrigando reclusos que já foram julgados e condenados e cumprem pena de privação de liberdade.

No que tange sua estrutura física, a instituição é composta de uma construção retangular, com quatro torres de vigilância, porém, atualmente apenas uma está ativada, onde encontram-se policiais militares armados controlando a movimentação dos internos.

Anexo à instituição carcerária encontra-se o setor administrativo e o penal, o refeitório dos funcionários da instituição, uma sala para atendimento e entrevista com as famílias que é de uso do Serviço Social. Ao lado da sala de atendimento existe outro ambiente que é utilizado tanto para recebimento das compras para os reclusos durante a semana quanto para a revista íntima das famílias nos finais de semana.

No interior da instituição carcerária há uma sala específica do Serviço Social para o trabalho burocrático e ainda para atendimento aos reclusos, a enfermaria, a carceragem, em que ficam os agentes prisionais e a escola com biblioteca, onde atualmente dez alunos estudam o 1º grau do ensino fundamental, todos da galeria C.

Na escola, que foi inaugurada em 1996, lecionam atualmente, através do ensino supletivo, sete professores do EJA - Educação para Jovens e Adultos, de diferentes disciplinas. Porém vale ressaltar que essa escola já chegou a ter 100 alunos de 1º e 2º graus estudando.

O Presídio Masculino de Florianópolis tem atualmente como funcionários e estagiários: um administrador, 32 agentes penitenciários que se revezam em turnos diferentes, sendo que desses três trabalham na área da saúde dentro do presídio, dois motoristas, três funcionários administrativos, um assistente social e duas estagiárias do Serviço Social.

3.1.1 A população carcerária, as galerias e a disposição dos reclusos

A população carcerária do Presídio atualmente é de 310 pessoas, cabe destacar a grande rotatividade, são reclusos do sexo masculino, na faixa etária entre 18 a 65 anos, com predomínio de idade entre 18 e 35 anos. Na sua totalidade de presos existem

aproximadamente 60% de reincidentes, oriundos em parte da Grande Florianópolis. todavia há um número acentuado de detentos advindos de outras regiões catarinenses e também de outros Estados.

Faz-se necessário ressaltar que a instituição apresenta capacidade aproximada para apenas 190 reclusos, ou seja, está 61% acima da sua capacidade, logo é possível perceber que o presídio acaba por refletir as condições carcerárias do restante do país, segundo o Censo Penitenciário Nacional (1995) que registrou uma população carcerária de 148.760 detentos. De 1995 para cá, esse número praticamente dobrou, já que , em abril de 2002, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), havia 235.085 presos nas instituições carcerárias brasileiras (BRASIL, 2005).

O Presídio Masculino de Florianópolis não foge a essa estatística, desde a sua inauguração a população carcerária vem crescendo de uma forma alarmante, diante desse dado, cabe ressaltar a lentidão na situação processual dos presos e o grande número de reincidências, esses são alguns dos fatores que fazem com que as instituições carcerárias no Brasil estejam superlotadas.

O prédio divide-se em cinco galerias que são denominadas pelas letras A, B, C, D e E, essas galerias são subdivididas em celas, perfazendo um total de 53 celas com uma metragem aproximada de 3x4 m². As galerias contam com três pátios para banho de sol dos reclusos, sendo que as galerias C e E não possuem pátios. Atualmente está sendo construído um pátio completamente isolado e seguro para os reclusos da galeria C, ressaltando que esse local está sendo construído com a verba da Pastoral Carcerária e com a mão de obra dos próprios presos da galeria.

A distribuição dos reclusos nas galerias não segue qualquer critério de periculosidade ou reincidência, eles são colocados nas galerias conforme a disponibilidade de vagas. Porém, há um grupo de reclusos que é separado dos demais, devido à natureza do seu delito, esses são colocados na galeria C, conhecida dentro da instituição como segura. Nela ficam todos os reclusos que praticaram delitos contra a liberdade sexual, estupro e atentado violento ao pudor, aqueles cujo delito causou repercussão na comunidade, homicídios violentos e delitos envolvendo crianças, e aqueles de conduta questionada no mundo do crime, os delatores ou caguetas.

A galeria D é destinada exclusivamente aos reclusos que trabalham em alguma das quatro oficinas dentro do Presídio. Essa é considerada uma galeria pacífica, porque os reclusos são retirados todas as manhãs e levados para as oficinas a que se destinam, voltam para as celas apenas para almoçar e retornam ao trabalho durante a tarde, a noite novamente

nas celas eles jantam e depois descansam, no melhor exemplo dos “corpos dóceis” a que se refere Foucault (1977) .

A galeria D, que é conhecida como a dos trabalhadores, oferece ao preso uma série de benefícios que as outras não têm. Nas celas da galeria D ficam no máximo três ou quatro presos, tendo cada um sua própria cama ou “jega” como eles chamam, sua própria televisão e ventiladores. As celas são maiores e bem arejadas, porque a porta não é blindada e sim com grades, permitindo a circulação de ar e a entrada de sol. Nessa galeria é permitido que os presos melhorem as celas, podendo pintarem ou azulejarem as mesmas. Cada uma delas tem a sua cozinha, permitindo-os fazer a sua própria comida, não necessitando daquela que o Presídio oferece.

Nas galerias A e B existe a superlotação, como na maioria dos presídios brasileiros, nessas os detentos ficam durante o dia todo no pátio de forma ociosa, as celas são menores e os presos acabam por disputar até mesmo um espaço para dormir.

Já a galeria E é a mais precária entre as cinco, essa é completamente fechada, com a porta principal blindada e a outra porta que dá para o pátio é bem pequena e fica no final de um grande corredor. O ambiente é escuro, existem pequenos buraquinhos em cada uma das celas lotadas para a circulação de ar e entrada da suposta luminosidade, o corredor é extremamente estreito, não permitindo a entrada de duas pessoas, estando uma do lado da outra. Devido à falta de circulação de ar e a pouca luminosidade o ambiente acaba tornado-se fétido e com grande propensão a proliferação de doenças.

Com relação aos reclusos que trabalham dentro do Presídio, atualmente existem 14 reclusos que são denominados como “regalias externos”. Eles são considerados presos com bom comportamento e quem denomina se um recluso será “regalia externo” é o Administrador e o Chefe de Segurança do Presídio.

A expressão “regalia” carrega um duplo significado, é um “prêmio” e também denomina a função exercida por eles dentro da instituição. Um prêmio, porque estarão, diferentemente dos outros reclusos, morando fora das galerias, terão trânsito livre dentro do Presídio, as visitas também são diferenciadas dos demais presos, porque poderão recebê-las duas vezes por semana, aos sábados e domingos. Durante as visitas, os seus familiares serão os primeiros a entrarem e se desejarem os últimos a saírem, eles acabam tendo contato com pessoas de “fora”, assim através desse contato com o mundo “extra muros” eles acabam sentindo-se mais úteis e menos excluídos pela sociedade, não perdendo completamente o vínculo com o mundo exterior.

Os “regalias externos” andam diariamente uniformizados com camisetas verdes onde está escrito “externo”, essa regra é para melhor identificá-los e, também, por uma questão de segurança. Eles possuem os seus alojamentos ou “barracos” no pátio do Presídio, porém fora das galerias, convivem entre todos os funcionários da instituição durante o dia inteiro, somente durante a noite é que eles são trancafiados em seus barracos. Cabe informar que qualquer cela da instituição prisional é denominada como “barraco”.

Todos os “regalias externos” têm como função os serviços de limpeza na instituição, onde estão trabalhando os funcionários, como na sala do Serviço Social, em todo o prédio da administração penal, na carceragem e na sala da saúde. Também são responsáveis pela manutenção dos prédios, onde eles pintam quando necessário, limpam as fossas, capinam e cuidam da horta; carregam as compras que as famílias trazem para os reclusos e entregam para os “regalias internos”. Existe um “regalia externo” que trabalha exclusivamente na cozinha, onde faz o almoço para os funcionários da prisão. Os “regalias externos” também fazem a distribuição da comida três vezes ao dia para todos os reclusos do presídio.

A alimentação dos reclusos é fornecida pela Penitenciária e diariamente um agente prisional vai buscar os “panelões” como são chamados os suportes onde vem a refeição. Ao todo são três refeições diárias divididas entre café da manhã, almoço e janta, são servidos aproximadamente 230 almoços diários e na mesma quantidade o café da manhã e a janta. Cabe observar que grande parte dos reclusos não consome esta refeição, pois alimentam-se das compras semanais que são enviadas por seus familiares. Em todas as galerias há a possibilidade do recluso fazer sua comida, sendo que as celas têm fogareiros, rabicho quente, talheres de plástico e em algumas tem também geladeira, que é compartilhada.

As compras são trazidas semanalmente pelas famílias, cada dia da semana tem uma galeria específica que recebe a comida, que são revistadas item por item, existindo regras bem específicas para a entrada de alimentos na prisão. A lista de compras é fornecida pelo atendimento do Serviço Social para todas as famílias que são entrevistadas e não sabem desse procedimento no Presídio. Vale lembrar que só entram na instituição carcerária os alimentos que estão especificados na lista e a forma de acondicionamento também deve ser seguida a risca, todos os alimentos picados e acondicionados em sacos plásticos transparentes, caso contrário, as compras acabam não passando pela revista. Essas precauções são tomadas por motivo de segurança, porém deve-se ressaltar que a maioria dos detentos acaba reforçando sua alimentação com que a instituição oferece.

No café da manhã são servidos apenas um pão e um copo de café preto por recluso, no almoço é sempre oferecido feijão, arroz e algum tipo de carne, o jantar é a refeição que mais modifica podendo ser sopão, risoto, cachorro quente ou a mesma refeição do almoço.

Os “regalias externos” acumulam diversas funções, porém vale ressaltar que os mesmos não recebem remuneração, o trabalho que eles desenvolvem conta apenas para a remição da pena como prevê a Lei de Execução Penal (LEP).

Art. 126 - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º - A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho (BRASIL, 2004, p. 14).

Já os “regalias internos” têm funções bem peculiares e completamente distintas da dos “regalias externos”. Inicialmente os “regalias internos” não usam uniforme, justamente pelo fato deles não terem acesso ao pátio. Os “regalias internos” são escolhidos entre eles e sem a interferência da administração do Presídio, não tendo essa escolha critérios claros, ou seja, dentro de cada galeria existe em torno de quatro reclusos que são indicados para exercer a função, não há uma regra específica para tornar-se um “regalia interno”, simplesmente existem as indicações e a pessoa escolhida decide se quer ou não trabalhar dessa forma.

Quanto às funções exercidas: o “regalia interno” trabalha e mora dentro da sua galeria, é responsável pela limpeza da galeria e do pátio, pela distribuição de alimentos, por fazer contato entre os detentos e os funcionários, e pela entrega de memorandos, que tem formato de pequenos bilhetinhos, e são entregues normalmente para a Assistente Social quando eles necessitam conversar com a profissional.

No contexto geral o “regalia interno” é responsável por todas as movimentações dentro da sua galeria, porém, a grande motivação pelo qual os detentos almejam ser “regalia interno” é o fato da remição da pena, esse é o único benefício que recebem igualmente aos “regalias externos”.

3.2 AS OFICINAS DE TRABALHO

Para ser entendido o processo pelo qual passa um detento para inserir-se em alguma das oficinas no Presídio Masculino de Florianópolis serão explicitados quais são os critérios de seleção.

Primeiramente, o detento deve mandar para a Assistente Social um “memorando”, entregue pelos “regalias internos” aos “regalias externos”, e que são repassados ao Serviço Social falando do interesse que possuem de trabalhar dentro da instituição.

Após esse procedimento a Assistente Social entrevista o detento, analisa sua situação financeira, de comportamento e o delito, pois quem está enquadrado nos Artigos 213, atentado violento ao pudor, e 214 estupro, os presos considerados de alta periculosidade ou que já tenham participado de alguma tentativa de fuga, dificilmente poderão trabalhar juntamente com os outros presos, essas são regras da instituição por motivo de segurança.

Num segundo momento o detento passa por entrevista com o Chefe de Segurança e o Diretor do Presídio, estes também levam em consideração as indicações dos agentes prisionais, pois os detentos devem apresentar um histórico de bom comportamento.

3.2.1 As oficinas de Trabalho, as funções exercidas, a rotina, as instituições responsáveis e suas peculiaridades

Cada oficina de trabalho dentro do Presídio Masculino de Florianópolis tem uma instituição responsável, seja ela privada ou não-governamental, da mesma forma cada uma delas tem funcionamentos e regras diferenciadas.

A pioneira dentro da instituição carcerária foi à oficina de trabalho de Reciclagem, que é de responsabilidade da ONG catarinense Instituto da Terra, que há 11 anos vem desenvolvendo juntamente com os reclusos a produção de artigos artesanais com papel reciclado. Dentro dessa oficina atualmente trabalham e moram três reclusos, entretanto, existe espaço para mais uma pessoa morar no local, o quarto recluso será ainda selecionado para mudar para a oficina.

A oficina de Reciclagem é um local com aproximadamente 80m² em formato quadrangular, bem arejada, todas as manhãs o sol a ilumina porque existem quatro grandes janelas no alto da sala (Ver Apêndice 1). Com relação às divisões do local, ao entrar existe uma ampla sala onde são estocados os materiais reciclados e também os artigos produzidos sobre uma grande mesa disposta bem no centro desse lugar (Ver Apêndice 2). Colocando-se no sentido de entrada da oficina, do lado direito encontra-se o quarto dos reclusos moradores do local, com quatro camas em formato de beliches, duas em cada parede. Cada recluso tem a sua cama com uma televisão, para a privacidade em dias de visita eles confeccionaram

cortinas para separar cada uma delas (Ver Apêndice 3). Ao lado do quarto existe um banheiro com porta e chuveiro elétrico.

Já do lado esquerdo da oficina, existem duas pequenas salas subdivididas, a primeira serve para guardar materiais estocados para utilizar em novos trabalhos e a outra sala contém uma máquina para cozinhar o papel e depois utilizá-lo para confeccionar os artigos artesanais. Juntamente no espaço desta última sala, tem a cozinha dos moradores da oficina, com geladeira, armários improvisados, forno elétrico, grelha e rabicho quente para substituir o fogão. Os reclusos dessa oficina recebem alimentos das suas famílias e cozinham suas refeições, não dependem da comida que o Presídio oferece.

A rotina de trabalho inicia-se às 8h da manhã com horário das 12h às 14h para o almoço e descanso, voltando às atividades até aproximadamente às 18h, de segunda a sexta-feira. Quando necessário os reclusos também trabalham em horários diferenciados para conseguirem suprir a demanda de serviço. Esses detentos foram capacitados e trabalham sozinhos dentro da oficina, dessa forma não existe a necessidade de ter alguém periodicamente para supervisionar o serviço.

Na oficina de Reciclagem os reclusos recebem salários fixos, atualmente em torno de trezentos e quinze, reais sendo que 20% ficam para a instituição penal, conforme prevê a Lei de Execução Penal no seu Art 29 §1º (BRASIL, 2004)². Porém, nas últimas semanas a produção de artigos está parada devido ao adoecimento da responsável pela ONG, diante dessa situação os reclusos estão sem trabalhar no momento.

A segunda oficina de trabalho a ser implementada dentro do Presídio foi a de Bijuteria, a empresa privada Ornamenta Acessórios, há nove anos desenvolve o trabalho de montagem de acessórios e bijuterias juntamente com os reclusos, posteriormente este material será vendido em grandes redes de magazines no Brasil. A oficina de Bijuteria trabalha de uma forma completamente diferenciada das demais, a começar pelo número de homens que trabalham nela, aproximadamente 60. Todos os detentos que participam dessa oficina moram na galeria D, que é conhecida como a dos trabalhadores.

Todas as manhãs o responsável pelas oficinas de trabalho dentro do Presídio dirige-se até a galeria D para chamar os reclusos para o trabalho. Eles seguem em fila indiana com as mãos para trás e dirigem-se até o local da oficina. Ou seja, todos os dias de segunda a sexta-feira os reclusos saem das suas celas e dirigem-se ao trabalho, sempre cumprindo a mesma rotina.

² O valor atual do salário mínimo é de R\$ 480,00.

Na oficina de Bijuteria a rotina de trabalho inicia-se às 8h da manhã, com horário das 11:30h às 13:30h para o almoço e descanso, voltando às atividades até aproximadamente às 17h. Há cerca de oito anos a mesma funcionária da empresa Ornamenta Acessórios trabalha com os reclusos dentro do Presídio, devido ao grande número de pessoas que trabalham na oficina e a produção que se diferencia todos os dias, faz-se necessário a supervisão direta de alguém da própria empresa. Os novos reclusos que entram na oficina são capacitados ou pela funcionária ou pelos reclusos mais antigos da oficina.

Com relação à disposição da oficina, a mesma tem formato retangular com aproximadamente 150m² (Ver Apêndice 4), com três grandes janelas para iluminar o local tornando-se assim bem arejado, e no final da oficina tem um pequeno banheiro. Para a produção das bijuterias existem sete mesas que ficam encostadas na parede onde tem as janelas (Ver Apêndice 5), nessas mesas podem trabalhar até oito homens em cada uma e existe uma pessoa responsável pela mesa que é chamado de gerente. Cabe ao gerente responsabilizar-se pela produtividade e qualidade das peças montadas, pois há meta para ser batida e prazo para ser entregue a produção.

O trabalho é feito em equipe, quanto mais a mesa produz, maior será o salário, pois nesta oficina o pagamento é por produtividade, todas as pessoas da mesa acabam ganhando a mesma quantidade em dinheiro. O salário é variável, em torno de cinquenta a duzentos reais por mês, não estando de acordo com a LEP que prevê no seu Art. 29 “O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo” (BRASIL, 2004, p. 02).

Já as últimas duas oficinas, a de Serigrafia e de Costura, são de responsabilidade da Pastoral Carcerária, que é ligada a Igreja Católica e faz parte de uma ONG nacional, no Presídio Masculino de Florianópolis foi fundada em 1971 pela Irmã Maria Uliano, porém, em 1973 o Padre Nei começou a atuar dentro dessa Pastoral e ficou trabalhando nela durante muitos anos, atualmente está afastado por motivo de saúde.

A Pastoral Carcerária existe, aproximadamente há três anos, o projeto Estampa Livre, onde inserem-se em conjunto as oficinas de Serigrafia e de Costura. Na Pastoral há um detento responsável em receber pedidos de compras de camisetas e outros materiais, esse trabalha recebendo a demanda de pedidos e criando a arte para os materiais que serão confeccionados e estampados, após esse procedimento é passado, à oficina de Costura, a quantidade e o modelo de material a ser produzido, assim que estiver pronto é repassado novamente para a oficina de Serigrafia onde existe o processo final da produção do material, a estampa.

Os reclusos receberam a capacitação de professores do Curso de Designer do SENAC, trazidos pela Pastoral Carcerária. Nessas duas oficinas não há supervisionamento contínuo, eles trabalham sozinhos.

As duas oficinas têm procedimentos muito semelhantes aos da Reciclagem. Nessas oficinas a rotina de trabalho também inicia-se às 8h da manhã com horário das 12h às 14h para o almoço e descanso, fazendo as atividades até aproximadamente as 18h, de segunda a sexta-feira.

As oficinas de Serigrafia e de Costura ficam no mesmo local, com aproximadamente 100m² de espaço físico entre elas (Ver Apêndice 6). Por essas oficinas estarem localizadas na parte térrea e de trás do Presídio e tendo poucas janelas, as mesmas acabam por serem úmidas e frias, pois não bate sol.

Quanto à disposição do local, posicionando-se na entrada da oficina existe uma grande sala que faz parte da oficina de Serigrafia, com inúmeras plataformas para colocar os materiais que serão estampados e no final da oficina existe uma pequena sala escura, a da revelação das estampas (Ver Apêndice 7). A oficina de Costura fica em anexo a de Serigrafia, é uma pequena sala de aproximadamente 20m², onde tem quatro máquinas de costura e uma mesa para o corte dos materiais (Ver Apêndice 8).

Na Serigrafia trabalham atualmente dois reclusos e na Costura são três. Porém quem mora dentro desse local são apenas três, um da Costura, um da Serigrafia e o outro que trabalha dentro da Pastoral Carcerária, os outros três reclusos moram na galeria D, estes descem para trabalhar juntamente com os detentos que vão para a oficina de Bijuteria.

Existe dentro da oficina de Serigrafia um quarto em que moram três reclusos, onde há um triliche, construído por eles mesmos, cada um tem a sua televisão e ventilador, pois não existe janela nesse pequeno lugar. Esses reclusos recebem compras dos seus familiares, portando fazem sua própria comida, já o almoço é a Pastoral Carcerária quem fornece. Eles têm geladeira, armário para guardar a comida, grelha e rabicho quente.

Nas oficinas de Serigrafia e de Costura os reclusos também recebem salários fixos, atualmente em torno de trezentos e quinze reais, sendo que 20 % ficam para a instituição penal, conforme prevê a Lei de Execução Penal no seu Art 29 §1º (LEP).

3.3 A SOCIEDADE DISCIPLINAR E A FORMA DE LEGITIMAÇÃO DO TRABALHO DENTRO DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL

Na contemporaneidade, segundo Foucault (1996, p. 79):

A formação da sociedade disciplinar pode ser caracterizada pelo aparecimento, no final do século XVIII e início do século XIX, de dois fatos contraditórios, ou melhor, de um fato que tem dois aspectos, dois lados aparentemente contraditórios: a reforma, a reorganização do sistema judiciário e penal nos diferentes países da Europa e do mundo.

Com a reforma penal, o crime passou a ser um ato de ruptura com a lei, uma infração cometida pelo sujeito contra a sociedade, desvencilhando o ato infracional da simples falta moral ou religiosa. A lei penal deve simplesmente representar o que é útil para a sociedade, sendo o crime causador de dano e perturbação social e o criminoso visto não apenas como um sujeito contraventor, mas como um inimigo social (FOUCAULT, 1996). Dessa forma, “a lei penal deve reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social” (FOUCAULT, 1996, p. 82).

A prisão torna-se a grande punição a partir do século XIX, e também um importante mecanismo de controle social. É indispensável saber o porquê desse movimento de controle social, de outro modo, por que os detentores do poder apropriaram-se de mecanismos que controlam as camadas mais baixas da população? A resposta está num fenômeno importante, o nascimento do capitalismo, o desenvolvimento econômico, a riqueza. “Foi, portanto, essa nova distribuição espacial e social da riqueza industrial e agrícola que tornou necessários novos controles sociais no fim do século XVIII” (FOUCAULT, 1996, p. 102).

Essa é a origem da sociedade disciplinar, onde na sociedade capitalista tem-se o aspecto do panoptismo, parafraseando Foucault (1996), a sociedade contemporânea está alicerçada na vigilância, controle e correção; este triplice aspecto é característico das relações de poder.

Um dos mecanismos utilizados na sociedade disciplinar, como forma moralizadora e de reparação ao corpo social, é o trabalho. Tem-se a idéia de que através do trabalho a sociedade será compensada pelo dano causado pelo sujeito. O trabalho dentro de uma instituição prisional tem como princípio uma forma compensatória às pessoas que foram prejudicadas por aquele criminoso. Trabalho útil é a forma de moralizar o sujeito, dignificando-o, mostrando-lhe o lado da legalidade dentro da sociedade disciplinar.

Nos dois séculos de instituição prisional não se conseguiu efetivar na sua plenitude os princípios penitenciários (descritos na sessão anterior), porém, como o objeto de estudo dessa pesquisa é o trabalho será retomado esse princípio. Foucault (1977, p. 238) descreve que:

O trabalho deve ser uma das peças essenciais da transformação e da socialização progressiva dos detentos. O trabalho penal não deve ser considerado como o complemento e, por assim dizer, como uma agraviação da pena, mas sim como uma suavização cuja privação seria totalmente possível. Deve permitir aprender ou praticar um ofício, e dar recursos ao detento e a sua família (Ducpétiaux, 1857).

Portanto questiona-se, qual é a verdadeira função do trabalho dentro de uma instituição prisional? Conforme Sampaio (1999), o trabalho nas instituições prisionais acaba aparecendo com diversas justificativas, essas sempre com o intuito de ressocializar e reintegrar o preso à sociedade, após seu egresso. Profissionalizar e educar também são justificativas para manter o trabalho dentro da prisão, porém, todas elas cumprem no seu cerne com o aspecto “moralizador”; permissivo não só como mecanismo que facilita sua adaptação ao presídio, como via para “passar o tempo”, como também apresenta-se como estratégia “humanizadora” de dignificar a sua permanência na prisão, aos olhos da sociedade.

O trabalho na prisão tem uma função corretiva, ele tem um aspecto puramente moralizador e não gerador de riqueza. Pois, a partir do momento em que um sujeito é privado de sua liberdade ele não tem mais o seu tempo livre para vender em troca de um salário. Portanto, tendo seu tempo retirado como pena, então o trabalho acaba não tendo o seu real sentido dentro da prisão, da mesma forma que tem fora dela, na sociedade capitalista, como gerador de lucro (SAMPAIO, 1999).

O trabalho dentro da prisão acaba tornando-se uma forma de dignificar o sujeito, fazendo com que ele compreenda o verdadeiro sentido do trabalho, é repassada a idéia de que o detento deve equiparar-se aos demais sujeitos da sociedade que seguem pelo lado correto, da legalidade. Não transgredindo aos processos legais e morais dessa sociedade.

O trabalho dentro da prisão não cumpre com o princípio de estabelecer uma ligação entre os detentos e o mundo extra muros, na sua essência, o trabalho tem como principal papel fazer com que esses presos trabalhadores sintam-se ocupados, para assim o tempo passar mais rápido, não tendo o tempo ocioso, os sujeitos acabam não pensando na vida, dessa forma eles conseguem aguentar firmemente as penas, que normalmente são de anos e acabam habituando-se com o aprisionamento.

Pode-se dizer que o trabalho na prisão acaba por transparecer na sua essência mais pura, o trabalhar por trabalhar. Pois, como não existe o tempo livre para ser vendida a sua força de trabalho não existe a extração da mais valia, o lucro a que se alicerça o sistema

capitalista não é extraído do trabalho dentro da instituição prisional. O trabalho acaba tendo outra conotação, uma forma ocupacional.

Porém, a sociedade cobra do sujeito que infringe a lei a reparação do dano, a mesma exige uma correção para com esse infrator e uma das formas pela qual a sociedade deseja corrigir ou ressocializar é através do trabalho. Pois, aos olhos da sociedade o trabalho acaba sendo uma forma humanizadora, o infrator está tendo uma chance de andar pelo caminho correto e corrigir-se. Assim poderá egressar de uma forma honesta, porque o trabalho dignifica o homem.

Visto que no trabalho investe-se todo o sentido da moral e da dignidade, onde toda a sociedade deposita no trabalho o verdadeiro eixo central que direcionam as suas vidas. Se o sujeito trabalha, o mesmo é uma pessoa correta, honesta e representa uma pessoa com valores morais, já os que estão desempregados ou não trabalham, acabam por sentirem-se discriminados ou marginalizados, porque não se sentem parte dessa sociedade.

O trabalho é o centro do universo capitalista e é por esse motivo que se instaurou em diversas instituições como conventos, hospitais, colégios e fábricas. E, também, enraizou-se dentro das prisões, com o objetivo de restituir a sociedade pelo dano causado a ela, porém com um intuito camuflado de fazer com que esses sujeitos trabalhem e disciplinem-se para o mundo capitalista.

Dessa forma, tem-se no trabalho a fórmula regeneradora, moralizadora, ressocializadora. Cabe ressaltar o intuito do Estado capitalista, ao habilitar trabalhadores dentro das instituições disciplinares, para assim que voltarem ao convívio da sociedade, tornem-se parte do contingente de trabalhadores que necessitam submeter-se ao sistema capitalista. Assim para Foucault (1996, p. 114) “a fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais tem por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores.”

Juntamente aos detentos que trabalham nas oficinas dentro do Presídio Masculino de Florianópolis, cabe ressaltar a ideia expressa por Foucault (1996) sobre o modelo panóptico de vigilância, controle e correção. Onde no item anterior pode-se perceber a rotina diária de trabalho de cada uma das oficinas, como elas funcionam e são, cada uma com suas peculiaridades.

Portanto, cabe ressaltar que durante a pesquisa feita com os detentos aparece como o grande benefício do trabalho dentro da instituição prisional ocupar o tempo, essas falas aparecerão mais adiante na seção com as entrevistas textualizadas.

4 MÉTODO DE PESQUISA

A presente monografia analisa a função do trabalho no sistema prisional através do seu significado para os detentos do Presídio Masculino de Florianópolis. Para isso, os dados da pesquisa foram colhidos através de entrevistas, com questionário semi-estruturado (Ver apêndice 9) que continham perguntas fechadas e abertas, as fechadas para obter informações sociodemográficas para poder descrever o perfil dos detentos, e nas perguntas abertas buscou-se aprofundamento no assunto que é o objeto de estudo desta monografia (RICHARDSON, 2008). Com as perguntas abertas, o pesquisador e o entrevistado puderam manter um diálogo, dessa forma pode-se coletar um material rico para a análise deste estudo.

As entrevistas foram realizadas no período de março a maio de 2009, durante a disciplina de Estágio Obrigatório II, as mesmas foram realizadas dentro de cada uma das quatro Oficinas de Trabalho, onde o pesquisador procurou vivenciar a rotina de trabalho dentro desses locais nos dias estabelecidos pela instituição. Vale ressaltar a receptividade e a colaboração dos detentos para com o pesquisador, não havendo por parte dos entrevistados nenhuma forma de rejeição ou negação durante todo o período da pesquisa.

Essa experiência de estar junto com os detentos nas oficinas, proporcionou ao pesquisador uma fonte de dados pontual, pois não foi desenvolvido nenhum estudo documental, pautou-se somente em dados colhidos durante a vivência da pesquisa, dessa forma o pesquisador não somente entrevistou os detentos, como também conversou com outros sujeitos dentro das oficinas e da instituição carcerária, assim obteve informações e dados fundamentais para alicerçar o presente estudo.

As entrevistas foram feitas com mais detentos dentro da instituição, porém, somente quatro foram gravadas, após a gravação deu-se início ao processo de ouvi-las e transcrevê-las na íntegra, o que na perspectiva de Meihy (1991 apud PINHEIRO, 2006, p. 63), significa ultrapassar a mera transcrição para a textualização. Segundo esse autor, textualização é um estágio mais graduado na feitura de um texto de história oral. Consta dessa tarefa a reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para um texto escrito.

Através das entrevistas na íntegra passou-se para a textualização com organização dos tópicos para análise, então foram recortados nesses tópicos as principais falas relacionadas ao objeto de estudo do presente projeto. Por fim apresenta-se o processo de análise dessas falas.

- **Perfil dos entrevistados**

Através das perguntas fechadas do questionário, foi obtido durante as entrevistas o perfil dos sujeitos entrevistados. Os participantes da pesquisa serão identificados com nomes fictícios.

- **Primeiro entrevistado**

Nome fictício Vinícius, tem 27 anos, é natural de Campo Belo do Sul – SC, é solteiro, não tem filhos, estudou até a segunda série do 2º grau, é réu primário, porém, já esteve preso outras vezes e foi absolvido, está preso há quatro anos, foi julgado e condenado a 42 anos de prisão por homicídio e tentativa de homicídio. Vinícius trabalha na Oficina de Reciclagem.

- **Segundo entrevistado**

Nome fictício Arthur, tem 25 anos, é natural de Florianópolis – SC, é solteiro, não tem filhos, estudou até a 4ª fase de Direito, é réu primário, está preso há três anos e três meses, foi julgado e condenado em duas sentenças, uma de 10 anos e a outra de 14 anos, totalizando 24 anos de condenação. Foi condenado pelos crimes de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro. Arthur trabalha na Oficina de Costura.

- **Terceiro entrevistado**

Nome fictício Victor, tem 40 anos, é natural de Lages – SC, é casado, tem um filho, estudou até a 3ª fase de Engenharia Mecânica e até a 5ª fase de Administração, é réu primário, porém já esteve preso outras vezes e foi absolvido, está preso há um ano e nove meses. Foi condenado a nove anos e seis meses, por assalto. Victor trabalha na Oficina de Bijuteria.

- **Quarto entrevistado**

Nome fictício Marco, tem 30 anos, é natural de Florianópolis, é casado, tem um filho, estudou até a 8ª série, é réu primário, porém, já esteve preso outras vezes e foi absolvido, está preso há dois anos e quatro meses. Detento aguardando julgamento. Acusado por tentativa de homicídio. Marco trabalha na Oficina de Serigrafia.

4.1 ENTREVISTAS TEXTUALIZADAS

4.1.1 Entrevista com o detento Arthur

1 - A importância do trabalho na prisão

Áh com certeza.

Primeiramente pra..., porque o tempo passa mais rápido né? Isso é o primeiro, o que acho que é essencial, manter a mente ocupada, ficar... Ficar ocupado e não ficar pensando no mundo lá fora, ou em outras coisas, que aqui dentro são... Sempre tá ao teu redor né? Tudo coisa ruim, ah vamos fazer um plano pra isso, ah vamos lá fora, vamos fazer aquilo, aqui dentro é só isso.

Aqui dentro é só isso. Então ocupando tua cabeça aqui dentro o tempo passa mais rápido, e a oportunidade que a gente tá tendo aqui, com a confecção e é uma profissão né? Entendeu?

E se eu quiser, se eu quiser eu to pronto pra trabalhar numa confecção né? Não diretamente assim, eu não pretendo trabalhar diretamente na costura, mas no ramo do vestuário assim e confecção.

Eu acompanhei tudo né... então eu sei como os fornecedores, entendeu? Os clientes essas coisas tudo, então peguei noção de tudo pra lá fora comprar meu próprio negócio que eu acho que vai ser bem melhor do que eu procurar emprego.

Porque o preconceito né? Não digo que existe o preconceito, existe a falta de qualificação né?

Sim, eu só qualificado, mas não tenho nada que me certifique que eu só qualificado entendeu?

Não adianta chegar lá ah eu sei costura, o cara vai dizer: então senta ali e me mostra que sabe costurar!!! Ele não vai falar. Ele vai olhar minha ficha, há tu já é ex-presidiário.

Agora se eu chegar lá, não, eu sei costurar tá aqui o certificado, quanto tempo eu fiquei lá? Três anos costurando, entendeu? É diferente.

2 - As motivações para ingressar no trabalho na prisão

Áh tipo assim,

Sim, motivou também a galeria que, por exemplo, a gente tava na A são oito ou nove num barraco né? Ali na D, no máximo quatro, de três a quatro. Entendeu?

É um ambiente mais arejado também. As camas são de concreto não tem aquela muvuca, assim aquela... ? E também tu sai da galeria, vem pro trabalho e volta né, tem essa...?

Então te dá um arzinho assim do ambiente que é bom, porque trancado num lugar, tu fica que nem um bicho ali trancado.

Não, é que é mais arejado né.

Tranquilo, porque a noite ali, tem uns peso ali eu faço uns peso.

Uns peso ali eu faço uma academia, daí eu vo lá...

Pesos é, daí eu fico tranqüilo, deito a noite e durmo sossegado, acho que a atividade física é, também, é essencial pra... Porque ela deixa a pessoa mais calma, entendeu?

A atividade física é importante, acho que a área esportiva, é porque, tipo existe na LEP, mas não existe aqui dentro né? Também a educação também aqui dentro do presídio também é bem...

A saúde porque agente fica num ambiente trancado não é arejado, imagina, a tuberculose ali é um berço né?

Se a pessoa não vai expectorar? Tipo ela não corre, não faz alguma coisa nem uma atividade física ela tá mais propicia a pegar um vírus ou uma doença do que um cara que faz exercício.

3 - Regras para quem trabalha nas Oficinas: não liberação de ir ao pátio

Norma da casa né! Isso aí por causa de segurança também, né. Muita segurança pra eles não acharem que a gente vai levar alguma coisa. Essas coisaas, tem tudo isso né? Questão de segurança, entendeu? Pra não transitar muito pela cadeia, entendeu?

Porque a gente tá aqui, aqui tem uma janelinha que dá pra rua, entendeu?

O pessoal aqui também as vezes quando vai subir, tem dia que eles são revistados né, entendeu?

Então isso: questão de segurança, né? A gente tá numa cadeia, né, também.

4 - As relações na prisão entre os presos e destes com a instituição

Você falou da individualização de quando chega aqui se é individualizado com o indivíduo, a pena dele, se ele vai ser... o cumprimento da pena dele vai ser individualizada, acho que são poucos mas, que são feito isso, a maioria deixam jogados ali.

Cada um aqui respeita o seu espaço né? Eu respeito o dele e ele respeita o meu e a gente, cada um sabe.

5 - A chegada na prisão

É um choque né? É aquela coisa né, cê tem que ficar primeiro bem quietinho olhar, observar, vê como tudo funciona pra depois tu ir conquistando teu espaço e botando seu também...

Seu limite e também, eu sô assim, funciona assim você não vai chegar se impondo assim diretamente né? Se não tu vai ser reprimido pela maioria, tu entra, conquista seu espaço. Depois tu bota as tuas idéias?

6 - O “salário” obtido com o trabalho nas Oficinas

Guardo. Deposito, guardo. Quando a gente precisa de alguma coisa é só comprar. Ela [a mãe] retira ali e deposita. Eu pago o INSS também. Pago todo mês meu INSS, correspondente a um salário da 20%, da R\$ 93,00 reais. É o melhor rendimento que existe, não existe outro melhor, depois tu vai receber. Ó, tu contribui, quanto?, 35 anos. Depois tu vai receber pro resto da tua vida, até o que? E caso tu venha a falecer tua família recebe uma pensão, além de seguro eu acho que é o melhor, até hoje, não tem rendimento melhor que o INSS. Não existe nada, nada.

7 - Cursos que poderiam ser oferecidos nas Oficinas

Eu acho assim: que aqui em Florianópolis, como a gente tá numa ilha e nossa economia é turismo e hotelaria ou então é funcionário público ou é comércio. Acho eles deveriam dar curso nesta área, né? Gestão empresarial, ou curso de garçom ou camareira como no feminino, ou então barmen, essas coisas, cursos que a pessoa possa sair daqui... Procurar ...é que voltado pra sociedade. Que a gente aqui existe uma sociedade, que a gente tá excluído. Sei lá uma gestão empresarial [curso que gostaria de fazer], alguma coisa assim

ou alguma coisa voltada pro comércio. É porque tem pessoas aqui, podiam fazer curso de garçom ou barmen ou sei lá outra área que... hotelaria. Na área que seria interessante né?

7 - A população da prisão

Se acha que ajudaria a pessoa, que faça alguma coisa aqui dentro...

Porque a maioria, a maioria quer é só ter um dinheiro pra poder criar os filhos ou a família, que tá aqui dentro.

Existe uma minoria que, é aquela coisa, é criminoso nato, que quer sair daqui e voltar pra criminalidade, existe. Só que a maioria que tá aqui é por tráfico. Pessoa que vende droga quer só ganhar o dinheiro, ela não quer assaltar ou matar por adrenalina, entendeu? Não quer aquilo que faz mal para ela, quer ganhar o dinheirinho pra poder sustentar a família, os filhos ou mulher entendeu?

Tá perdendo se deixando pessoas aqui dentro cada vez mais presa. Em três anos dobrou a população carcerária, né? De seis mil, foi pra doze mil né? Em Santa Catarina, entendeu? Só gastando dinheiro e gastando dinheiro.

8 - O papel da prisão

Recuperar. Recuperar. Eu acho que não devia, não é ressocializar, porque a pessoa tá lá, ela tá dentro duma sociedade e a gente aqui, a gente continua estando dentro duma sociedade, porque o que a cadeia devia fazer é promover o ser. É promover ele, tornar ele capaz de alguma coisa.

Porque ele acaba indo pro tráfico porque não sabe fazer alguma coisa não tem uma profissão porque a própria sociedade já tem, não tem dinheiro, tipo: não existe o curso de graça lá pra fora, lá na rua pessoa profissionalizante não existe, então ela entra naquela... naquele meio do tráfico ou do assalto pra conseguir um recurso, né? Pra poder viver. Então aqui dentro ela vai ficar pior ainda, aprende mais crime. Porque ela entra aqui como um traficante e acaba aprendendo seqüestro, estelionato, entendeu? Tudo.

Oficializar? Ter, tem, só que tem que ter vontade dos governantes, né?

Claro, só que eles não querem que tenham concorrentes pros deles né, eu acho que existe, também, né. Pra eles não é vantagem em educar sociedade. Entendeu? Entendeu? Desigualdade, desigualdade,

E isso é fruto do capitalismo, também né.

9 - Atividades exercidas antes da prisão

Comecei a trabalhar, aos quinze anos.

Trabalhei no Angeloni, de empacotador.

Eu fiquei lá até os dezesseis, depois saí de lá trabalhei no Bobs. Depois com dezessete anos fui trabalhar no DEINFRA, em uma empresa terceirizada, trabalhei dos dezenove até os vinte.

4.1.2 Entrevista com o detento Vinícius

1 - A importância do trabalho na prisão.

Eu acho que tem uma importância muito grande.

Por causa que a gente tem uma oportunidade né! Oportunidade de ocupar a mente né. Aprender alguma coisa. Eu aprendi aqui, trabalhei já com biju, já trabalhei com vime, agora to trabalhando aqui, já trabalhei ali na frente, ali na regalia da frente, fiquei um ano ali.

Aí fui condenado, conversei com eles ali (com a Direção), pedi para vim pra cá...

Pela minha situação de tempo de cadeia era pra mim estar em outro lugar né, mas eu sou um cara que aceitei vir para cadeia “de boa”, que nem eu tava ali na frente, se eu quisesse eu fugia, eu tinha ido embora, ninguém me segurava ali, eu ia pra onde eu queria.

Aí foi aonde que eu tive a oportunidade de continuar aqui no presídio ainda, me deram uma oportunidade.

E eu agarrei com as duas mãos né, eu quero sair pela porta da frente.

Eu gosto de trabalhar, eu sou assim, se for para fazer um negócio que não gosto, eu já não faço. Não faço nada que eu não gosto. Fui pra biju, ali fiquei dois meses, não gostei já me “arranquei”.

Ah! vou procurar outro negócio, fui lá pro vime, fiquei um ano lá trabalhando.

Aí fui pra frente(regalia externo), depois vim pra cá né (reciclagem).

Ah aqui eu estou há seis, sete meses eu acho.

Eu acho que é o seguinte, nós vamos aprender alguma coisa aqui, na rua não tem muita oportunidade. E principalmente para trabalhar com material reciclado, como a gente trabalha aqui né!

Aí é um negócio mais difícil, tá entendendo? Ainda mais presidiário né?

Com certeza isso aí é o que eu mais acho, com certeza discriminação tem em todo o lugar, até aqui dentro tem!

2 - A chegada na prisão

Quando entrei no sistema carcerário. Esta foi a primeira vez que eu fui condenado. Já vim preso outras vezes, mas daí fiquei pouquinho né, um mês, quatro dias, era coisinha simples. Só que desta vez eu sofri um pouco.

Primeira coisa quando a gente chega na cadeia, o sistema aqui dentro tem um ritmo né? É igual você trabalha ali na frente. Ali tem a regra de vocês né. Do lado de dentro tem a regra do preso.

Aí todo o sistema tem a mesma coisa, como nós moramos no “barraco”, que tem suas regras, pá essas coisa né.

Cada galeria tem sua regra. Por exemplo: Tem a galeria ali, que é o “seguro” né (galeria C), ali fica quem “caguetou” (dedurou), os estupradores vão todos para ali.

Se o cara for um cara certo lá dentro, faz sua caminhada, tu vai pega o ritmo da galeria vai pra barraco, o barraco funciona assim, assim, assim: Tem que seguir o ritmo do barraco.

Chega ali dentro é um ritmo, por exemplo, tu mora num “barraco”, e muda para outro ali é um outro ritmo. As dez horas tá todo mundo dormindo, pá televisão baixinha, já vai para outro barraco é outro ritmo. Assiste até a hora que quiser, a luz acesa. Cada lugar tem um ritmo. É o jeito de convivência.

3 - O “salário” obtido com o trabalho nas Oficinas

Ah eu uso pra comprar coisas, comida.

A minha mãe vem aqui e pega tudo.

Compra e aí o que sobra ela pega para ela né. Nem sempre sobra né. Agora nós temos um tempo parado aí, a coisa já tá mais difícil, mas tem a ajuda dos meus irmãos tudo da rua, minha irmã e tudo...

4 - Cursos que poderiam ser oferecidos nas Oficinas

Ah, um negócio de desmontar alguma coisa e montar de novo, isso me interessa, fazer um negócio diferente aí, o cara já se interessa...

Porque é o seguinte, aqui o curso é uma coisa séria, desde quando eu estou aqui eu já ouço falar isso aí.

Aconteceu um monte de coisa boa que já ajudou o preso.

Mas tem muita coisa que se ouve falar, porém não acontece.

Se tivesse curso aqui, eu acho que a maioria iria querer fazer.

Negócio que se for para tu aprender e leva lá pra rua... E vai aprende um negócio bom lá na rua, negócio que vai te ajudar lá na rua.

Aí, me interessava fazer, negócio de computação, desmonta, monta de novo. Desmonta uma televisão monta de novo.

Nós fizemos um trabalho que foi lá pro México, pra Espanha. Tudo feito aqui dentro do Presídio. Fizemos uma mesa redonda que era toda de armação de ferro e daí foi toda trançada de vime.

E daí colocaram a mesa a venda por três mil reais, quem vê isso na rua não vai dizer que passou pela mão de um preso.

Mas as coisas que os presos fazem, também tem valor.

Nós fizemos um monte de cadeira, foi lá pro México também. Aquelas cadeiras de restaurante, aquelas que rodam, não tem!

Tipo um chapéu mexicano pequeno, aí toda trançada aquela cadeira, a coisa mais bonita do mundo!

Só com a cadeira que nós fazíamos o cara pagava noventa reais, por exemplo. O cara pagava noventa reais por cadeira e trazia só a armação de ferro, o resto nós fazíamos. Nós levávamos três dia pra fazer, ele pagava noventa reais pra nós, mas lá na rua era quinhentos reais a cadeira.

Nós ganhávamos, mas, o cara ganhava também, aí desando, não sei o que aconteceu.

Mas é um negócio bom, que na rua se tu souber fazer tu ganha dinheiro.

5 - A população da prisão

Conflito eu nunca tive, dentro da cadeia nunca briguei com ninguém. Sempre procurei “puxar” a minha cadeia.

Mas é como eu te falo, cadeia tem aquela história né! Não pode se envolver em “muvuca” dos outro.

Tem gente que vê uma treta ali já quer ir lá e pá, quer brigar. O cara vai ali e “puxa a cadeia”, tem o certo e tem o errado.

Se for o errado tu vai sai da galeria e procurar o teu espaço em outra galeria. Se tu for um cara certo vai ficar ali e vai continuar tua caminhada.

Tu sai, por exemplo, tu ta ali na “A” daí tu sai dali, porque tu sai porque tu é safado “caguetasse” alguém. Tu já não vai para outra galeria tu já vai pra aquela escadinha lá em cima lá. (Galeria C).

E aí fez coisa errada né?

Se o cara for um cara sossegado, ah... tretinha de galeria, vou sair de boa! Pega tuas coisinhas sai de boa e vai pra outra galeria, “vai puxa legal”.

Procura um espaço melhor de conviver, sempre foi assim.

6 - O papel da prisão

Pô, tinha uma idéia totalmente diferente

É pensava que o sistema carcerário conseguia recuperar alguém né.

Aqui de dentro só sai recuperado quem tem a cabeça boa e quem quer alguma coisa na vida. Dependendo, não sai não.

Há, muita gente costuma dizer que a cadeia é a “escola do crime”. Se tu cai na cadeia, tu cai no cinco cinco (artigo 55) (deixou de pagar pensão para o filho), tu vai lá morar, tu conhece um cara que é traficante... tu deve cinco cinco(55), tu ganha tal tanto, aqui tem uma maneira mais fácil, tu vai ganha mais dinheiro...

Aí se o cara for cabeça fraca, vou lá com o cara.

Mas daí tem cara que já tem a vida dele né! Isso aqui é minha vida e vou seguir minha vida. Ai por isso o cara fala: “Cadeia escola do crime”.

Se o cara for cabeça boa o cara sai legal, agora se for cabeça fraca, já sai ruim, sai ruim.

Porque aqui não recupera ninguém.

Isso aqui não recupera ninguém! Tem uns que acham que ali vai recuperar um ser humano, pega um ser humano e joga ali no zero (solitária) e deixa um mês ali. Tu acha que recupera alguém?

Recupera ninguém!

Agora, as vezes chega um cara coitado lá, que caiu por não pagar a pensão do filho. mas é um cara que trabalha. Jogam ele no meio de um monte de vagabundo que vendiam drogas, ele pergunta, como é “que é o corre aí”? Vai pegar o contato do cara, vai saí lá na rua a vida dele já vai ser outra, há eu trabalhava de servente não conseguia pagar a pensão do meu filho, vou vender droga. Isso aí é a lógica da coisa!

7 - Atividades exercidas antes da prisão

Ah, eu comecei a trabalhar com os meus vinte anos acho, dezenove.

Auxiliar de produção.

Área industrial, área de alimentação.

Mini Calzone.

“É os calzones que rola aí nas loja de calzone memo era tudo nois que fazia”.

Aí já trabalhei em outras coisas né, com meu ex- sogro, de pintor.

Só isso, mais nada.

“Eu gostava de soltar umas pipas, jogar umas bola...”

Eu caí com vinte e três anos, vou fazer vinte e oito agora.

Ah, eu trabalhei um ano e meio e daí fui pra rua, botei o cara na justiça. O cara me chamou de novo.

4.1.3 Entrevista com o detento Marco

1 - A importância do trabalho na prisão

Bastante.

Porque é um negócio que o cara aprende, “desbaratina” um pouco a mente, e o cara não fica só pensando besteira. Porque na cadeia é aquele ditado né, mente parada oficina do diabo né. Então, tu só pensa coisa ruim, tanto lá fora com a família quanto aqui dentro. Então o serviço no sistema prisional, não tem nem comparação! O cara vem trabalhar o dia todo, “desbaratina” e aprende uma profissão. Uma profissão que eu não sabia.

2 - As motivações para ingressar no trabalho na prisão

Só agora aqui, o cara vem trabalhar “desbaratina” a mente, daqui a pouco vai para a galeria, lava uma roupa, faz uma comida, isso aí já vence o dia né? É totalmente diferente da Penitenciária ali né! O cara aprende e não fica só pensando besteira.

A serigrafia, acho que já to aprendendo, isso é uma oportunidade para o cara aprender e parar com essa vida aí né.

Mas com certeza, eu vou dizer isso para senhora: tudo que eu mais quero na minha vida é minha filha, ela nasceu eu já tava preso. Oh! com certeza meu Deus, ela é minha vida aquela guria ali, credo, meu Deus do céu. Ta com dois aninhos, o crescimento dela eu perdi, agora tudo o que eu mais quero é ela, quero fazer de tudo para não voltar mais pra este lugar aqui.

3 - As relações na prisão entre os presos e destes com a instituição

Existe, existe regras para todo mundo que vive numa linha só né!

Áh, nós mesmos, a equipe mesmo, quem tá dentro do “barraco” é quem entra em acordo né. Entra em acordo, pra todo mundo tá numa união só. Porque não adianta, um faz uma coisa certa, o outro faz uma coisa errada, aí dá uma confusão.

Todo mundo segue a mesma linha, cada um na sua... cada um faz a sua parte.

Eu achava que era um bicho de sete cabeças né! Olhava assim meu Deus do céu, a hora que eu “caí to maluco”... depois o cara vê que não é isso. [o espaço] Como eu conquistei? Áh humildade, educação, tudo isso aí conta né. Em primeiro lugar calma né.

Aqui na Pública é diferente, na Penitenciária já é mais sofrido. Lá o cara vê que o crime não compensa mesmo.

Áh! Lá é sofrido, vou dizer pra ti, lá a vida da gente vale menos do que a vida de um cachorro eu acho. Juro pra Senhora mesmo, tinha dia... odeio sopa! odeio sopa! Tinha dia mesmo que vinha aquela sopa de panelão, meu Deus do céu! Não queria nem comer, ficava apavorado, vontade até de chorar, quando vinha aqueles prato de “rango” lá. Meu Deus do céu!

4 - A chegada na prisão

Áh, primeiramente a gente chega meio apavorado né, meio assustado, não sabe o que vai encontrar pela frente. Mas depois com o tempo a gente vai se acostumando, vai vendo

que não é nada disso, cadeia é como eu posso dizer pra Senhora... Cadeia não é ruim, ruim é o sofrimento longe da família, esse negócio todo aí.

Nunca tive atrito com ninguém, quando eu cheguei aqui dividi a cela com mais oito pessoas.

5 - Cursos que poderiam ser oferecidos nas Oficinas

Faria, tempo pra nós aqui no Presídio não falta. Claro que faria. Na minha cabeça, eu não tenho preferência, acho que eu toparia qualquer coisa.

Áh, quando sair daqui, vou arrumar um serviço pra mim, um serviço assim... eu não sei, vamos ver a hora que eu sair. Esquecer esses problemas todos aí, porque isso não é vida pra ninguém. Vou dizer bem a real para ti, não é vida pra ninguém. Imagina, o cara chega... fica longe da família, o cara quer sair num dia como hoje, não pode.

6 - Atividades exercidas antes da prisão

Comecei a trabalhar com quinze (15) anos. Eu trabalhava com hidráulica e instalação de piscinas, trabalhei um bom tempo com isso, quase uns dez anos.

Comecei com um amigo meu, ele trabalhava na fibra Police, ali no Estreito, naquela piscina do lado do Exército ali, comecei a trabalhar com ele, depois de um tempo eu já estava gerenciando sozinho. Já estava pegando as piscinas pra mim mesmo instalar.

Eu já trabalhei também um tempo de ajudante de pedreiro né, mas trabalhei mesmo foi com piscina.

4.1.4 Entrevista com o detento Victor

1- A importância do trabalho na prisão.

Eu acho essencial.

Porque a pessoa fica com a cabeça ocupada, como eu te falei, mente vazia oficina do diabo, entendeu?

Antes de eu vir preso, sempre dizia para quem eu conversava, eu acho que todos os presos deveriam trabalhar. Mas não adianta só trabalhar aqui, nós devíamos ter oportunidade depois que saísse daqui. Porque a sociedade hoje ela discrimina muito, tu sai daqui, tu é um ex- presidiário, eles já te olham com outros olhos. Mas eu sou a favor do emprego aqui, acho que todos os presos deveriam vir trabalhar. Todos deveriam ter a oportunidade.

2 - As motivações para ingressar no trabalho na prisão

É porque daí passa mais rápido o tempo também, e daí você não fica pensando outras coisa e não... Na verdade eu to ali trabalhando mesmo só pra ocupa minha cabeça e não ta me envolvendo com nada. Não financeira não, porque também nós não... a gente não ganha horrores de coisa de salário do serviço. Cada oficina tem um parâmetro de ganho né, onde eu estou lá é que menos ganha, entendeu?

Com certeza, é uma galeria que nós trabalhamos, é uma galeria boa né. Não tem tanta "muvuca", não tem atrito com ninguém, é uma galeria de trabalho, as pessoas já sabe, quando vai pra lá é pra trabalhar. Não tem que ta fazendo "muvuca", batendo boca, discutindo, brigando, essas coisas não, lá não pode.

É primeiro galeria de trabalho, essencialmente para trabalho.

Inclusive eu sou da regalia, eu moro na galeria. Então eu sou o que mais evita "muvuca", se eu vejo alguém discutindo eu já vou lá e separo, não, não!

Cada galeria tem regalias.

Na D são nove.

Sendo regalia interno [diminui a pena]

A remissão aumenta um pouquinho, né.

3 - A chegada na prisão

Bom, quando tu chega num lugar que tu nunca viu... principalmente em uma cadeia, prisão, tu se apavora né!

Você ve um monte de grade e monte de gente que tu nunca viu.

O cara que não trabalha dentro da cadeia, "mente parada oficina do diabo", porque daí tu não ocupa a cabeça, não ta com a mente sempre visando á família, aí fica aquela

loucura né. Uns se drogam, outros fumam, eu como não fumo, não uso nada, então eu não tenho esse problema.

Mas tu ta vendo eles fazerem, entendeu? Aí você fica bem apavorado né, tu olha assim meu Deus! Que visão do inferno, aonde eu vim parar. Meu pai fez de tudo pra me criar, me dar estudo, para eu vir parar num lugar desses. É apavorante, vou dizer pra ti: A visão é apavorante.

4 - O “salário” obtido com o trabalho nas Oficinas

Não financeira não, porque também nós não... a gente não ganha horrores de coisa de salário do serviço. Cada oficina tem um parâmetro de ganho né, onde eu estou lá é que menos ganha, entendeu?

5 - As relações na prisão entre os presos e destes com a instituição

Na verdade a gente acha que... a gente vê pela televisão né, então tu já sabe o que que é um Presídio pela televisão. Tu vê, tu assiste televisão, tu não é bobo, prisão é prisão, é aquilo ali mesmo, é um cárcere privado, ta privado da tua liberdade.

Existe maus tratos, é claro que vai existir, isso aí não se pode negar.

Porque aqui dentro, quem manda na gente é a polícia, mas lá fora é outra coisa, mas aqui dentro quem manda são eles, e nós temos que obedecer... Não adianta bater de frente com a resistência, não! não tem como, contra a força não há resistência!

Tipo assim, aonde nós estamos aqui na Pública, ainda é um lugar menos pior, porque antes de vir pra cá eu estava no COTE, que é lá nos containers, que é a mesma coisa que um regime de “Penita”. Lá tu fica trancado vinte duas horas, e duas horas de sol, entendeu?

Lá não tem alimentação como aqui, aqui a gente faz a alimentação nossa né...e aqui é comida crua da rua, a gente cozinha, faz, a gente se alimenta melhor. Lá não, lá é só comida da cadeia, lá tu passa fome, lá eles humilham você, lá é totalmente diferente.

Na Penitenciária né! E aqui é a Pública né, aqui o regime é diferente, aqui na verdade é uma adaptação do que você vai passar ainda.

Tem muita sorte as pessoas que ficam aqui, são condenados e “puxam” todo o sistema aqui, daí é uma maravilha né! Nem vê, nem sente tanta dor, mas já quem vem do outro sistema, sabe que lá é ruim e é rudi, aqui é um paraíso perante os outros lugares, tipo São Pedro, a Penitenciária, aí são outras coisas.

6 - Cursos que poderiam ser oferecidos nas Oficinas

Gostaria, depende do curso que tivesse né!

Computador eu já sei mexer... pra mim, só aprimoramento né, só se é uma coisa que eu não sei fazer ainda. De repente uma mecânica de moto, ou um... nem sei o que te dizer.

Curso eu acho que ajuda né, pra gente ter conhecimento a mais né.

Até além do curso de profissionalizante, isso não é meu caso né, que eu já tenho segundo grau e tudo mais, eu tô vendo que o estudo tá fraco aqui, devia ter mais incentivo pras pessoas estudarem né.

Tem gente que não sabe ler, nem escrever, aqui dentro. Fazer um primeiro grau, um segundo grau, eu acho que isso aí, eles deveriam "bate mais encima". As vezes alguém vem trazer os bilhetes pra gente ler, as vezes cartas da família.

É eu acho que não tá chegando a oportunidade da mesma forma pra todo mundo.

Acho que tem um limite de vagas na escola. Eu sei que lá encima (na Penitenciária) também tinha um limite de vagas, não sei se eram vinte ou vinte cinco alunos, só. Numa cadeia que tem mais de quatrocentos presos, é pouco né?

7 - A população da prisão

Quando eu cheguei aqui eu morava num cubículo ali, que nós estávamos em nove, nove pessoas num lugar onde só cabem seis.

"Mas tipo assim", como eu era... eu sempre fui representante comercial na rua, eu sempre tive facilidade de fazer amizade com as pessoas, conversar, então para mim foi fácil.

Não é fácil pra outras pessoas, mas pra mim foi fácil.

Eu sempre fico quieto, tipo eu não converso com todo mundo entendeu, converso com quem vem conversar comigo, prefiro ficar no meu canto, se deixar eu no meu canto eu fico ali no meu cantinho e o tempo vai passando. Passa dia, passa noite e eu tô ali, porque o ser humano é que nem bicho, ele se adapta a qualquer lugar com certo tempo, tipo assim, tu chega aqui hoje, tu não gosta de sentar aqui, mas daqui um mês tu vai tá sentado aqui.

O ser humano é assim, um bicho, eu mesmo digo pra minha mãe que está sempre preocupada: meu filho como é que você tá lá? Você tá passando frio, passando fome? E eu digo, mãe fica tranqüila, tá tudo certo, o ser humano... Mãe nós somos que nem um bicho, se largar nós lá, hoje nós não vamos querer dormir aqui, mas daqui uns dois ou três dias nós vamos estar dormindo no cantinho, porque nós vamos nos adaptar, e é assim que funciona.

8 - Atividades exercidas antes da prisão

Eu trabalho desde os catorze anos

Na época com catorze anos eu já trabalhava numa empresa de cobranças, eu levava cartinha pras pessoas que deviam.

Eu morava em Lages, depois eu vim morar em Florianópolis, daí meu pai trabalhava no CEASA né, aí eu e o meu irmão fomos trabalhar com ele. Ele tinha boxes de frutas e verduras no

CEASA.

Meu pai a vida inteira trabalhou com isso, trabalhou com frutas e verduras. Daí eu e meu irmão ficamos trabalhando com ele, até eu completar dezoito anos, daí eu “garrei o mundo”, comecei a trabalhar em uma empresa. Com vinte anos já estava viajando, eu era representante comercial.

Trabalhei com ferramentas, já trabalhei com pisos Eliane, trabalhei com Ferrare Negraõ de Curitiba, e a última empresa que eu trabalhava foi a UARNEI, fui representante da UARNEI em Santa Catarina no Estado todo, que é gravadora. Por isso eu viajava pelo Estado todo.

Eu fiquei oito anos trabalhando na UARNEI, foi meu último emprego.

Tive um problema com a justiça, perdi meu emprego, depois disso eu comprei um caminhão e comecei viajar por conta própria, depois, botei motorista.

Depois comecei trabalhar de venda de carro, comprava carro fora, e vendia. Ia lá pra São Paulo, Bahia, Macapá. Compra e venda de carro, eu fiquei nesse “trameti” de compra e venda, até ser preso.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Primeiro tópico: A importância do trabalho na prisão.

“Oportunidade de ocupar a mente, né?! Aprender alguma coisa”. (VINÍCIUS, 27 anos)

“...desbaratina” um pouco a mente, e o cara não fica só pensando besteira. Porque na cadeia é aquele ditado, né?! , mente parada oficina do diabo né?!”(MARCO, 30 anos.

Porque a pessoa fica com a cabeça ocupada, como eu te falei, mente vazia oficina do diabo, entendeu?” (VICTOR, 40 anos)

“...o tempo passa mais rápido, né?!” “...manter a mente ocupada, ... ficar ocupado e não ficar pensando no mundo lá fora”... (ARTHUR, 25 anos)

Nas primeiras falas dos entrevistados, podemos perceber qual é a principal função do trabalho dentro de uma instituição carcerária, “ocupar a mente”; dessa forma o tempo passa mais rápido. Para muitos condenados que ficam durante anos em reclusão, a forma de fazer com que o seu pensamento seja preenchido é através do trabalho.

Todavia ocupando o espaço de ociosidade do sujeito, fazendo com que ele cumpra horários e trabalho específico, tem-se a idéia de acalmar os seus corpos agitados, disciplinando aos poucos, também, o seu pensamento.

Na fala dos entrevistados percebe-se que não tendo o tempo ocioso, os sujeitos acabam por não terem tempo para pensar no está acontecendo com a sua vida, dessa forma eles terminam habituando-se com o aprisionamento.

Dessa maneira, a prisão juntamente com o trabalho no seu aspecto moralizador, acaba por legitimar a sua função de, segundo Foucault (1977), ser concebido como sendo, por si mesmo, uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento e agitado em um sujeito disciplinado e adestrado, dentro dos padrões da moralidade.

Ainda no tópico sobre a importância do trabalho na prisão, podemos analisar outras falas significativas:

“Eu gosto de trabalhar, eu sou assim, se for para fazer um negócio que não gosto, eu já não faço. Não faço nada que eu não gosto. Fui pra biju, ali fiquei dois meses, não gostei já me “arranquei”. (VINÍCIUS, 27 anos)

Nessa fala podemos perceber que o detento muitas vezes acaba por não se identificar com o trabalho desenvolvido ou oferecido pelo sistema prisional, nesse sentido existe a influência do sistema capitalista, onde as pessoas trabalham muitas vezes, não no que gostam, mas no que se tem pra se trabalhar.

“... então peguei noção de tudo pra lá fora comprar meu próprio negócio que eu acho que vai ser bem melhor do que eu procurar emprego”... (ARTHUR, 25 anos)

As oficinas dentro da prisão acabam por promover algum tipo de experiência ou aprendizagem com relação ao trabalho, dessa forma os detentos apropriam-se dessa

experiência e depositam nela a expectativa de conseguir trabalhar assim que saírem da prisão. Entretanto, percebe-se na fala dos entrevistados a clara consciência da discriminação que irão sofrer após o egresso, e é por esse motivo que pensam e repensam nas estratégias para a sua volta a sociedade e ao mercado de trabalho, os detentos tem a consciência de que dificilmente conseguirão emprego formal, portanto, terão que se inserir no mercado informal, trabalhar por conta própria, ou constituir o seu próprio negócio.

É nesse sentido que, também, encontra-se dentro da instituição prisional a função do Serviço Social. Siqueira (2001, p. 63) descreve que, “para que o cidadão retorne à sociedade, a lei determina que ele seja submetido a alguns programas que, em tese, possibilitariam o seu retorno a sociedade. Dentre esses programas está o trabalho e o direito à assistência social”.

No atual quadro do sistema prisional, esses programas de assistência social acabam não se concretizando. A LEP no seu art. 22 prevê - A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade (BRASIL, 2004).

Porém, a função do Serviço Social acaba tornando-se assistencialista e imediatista dentro do sistema prisional, pois, não existe interesse do Estado em estar proporcionando aos reclusos programas que os beneficiem, mesmo que previsto em lei.

“Antes de eu vir preso, sempre dizia para quem eu conversava, eu acho que todos os presos deveriam trabalhar. Mas não adianta só trabalhar aqui, nós devíamos ter oportunidade depois que saísse daqui. Porque a sociedade hoje ela discrimina muito, tu sai daqui, tu é um ex- presidiário, eles já te olham com outros olhos. Mas eu sou a favor do emprego aqui, acho que todos os presos deveriam vir trabalhar. Todos deveriam ter a oportunidade”.
(VICTOR, 40 anos)

Nessa entrevista, o detento deixa clara a sua opinião sobre a oportunidade de trabalho dentro da instituição prisional, porém, sabe-se que o trabalho não é oferecido a todos e segundo “ a inserção do preso nas atividades produtivas passa pela recompensa da direção do sistema pelo seu “bom” comportamento no cárcere (SIQUEIRA, 2001 , p. 68). Ou seja, a falta ou a pouca presença de programas que visam a ressocialização através do trabalho faz com que essa experiência mostre-se como uma espécie de regalia nas instituições prisionais, daí a explicação desse ser o termo usado pelos detentos para identificar quem participa das oficinas e demais frentes de trabalho no presídio.

Atualmente, dentro da instituição prisional pesquisada, existem aproximadamente 310 reclusos, sendo que destes, apenas 70 aproximadamente tem acesso ao trabalho, levando em consideração a alta rotatividade de detentos no Presídio.

Portanto, o trabalho abrange apenas 23% da população carcerária na instituição pesquisada; e os outros 77% dos detentos acabam não conseguindo inserir-se nesse contexto. O processo discriminatório começa dentro da instituição prisional, onde uns tem acesso a certos benefícios em detrimentos de outros. Também vale ressaltar a explanação do item anterior, onde os reclusos ao egressarem acabam não tendo a devida assistência.

Segundo tópico: **As motivações para ingressar no trabalho na prisão**

“A atividade física é importante, acho que a área esportiva, é porque, tipo existe na LEP, mas não existe aqui dentro né! Também a educação também aqui dentro do presídio também é bem.”... (ARTHUR, 25 anos)

“... aí já vence o dia né? É totalmente diferente da Penitenciária ali né! O cara aprende e não fica só pensando besteira”. (MARCO, 30 anos)

“Cada oficina tem um parâmetro de ganho né, onde eu estou lá é que menos ganha, entendeu?” (VICTOR, 40 anos)

“É primeiro galeria de trabalho, essencialmente para trabalho. Inclusive eu sou da regalia, eu moro na galeria. Então eu sou o que mais evita “muvuca”, se eu vejo alguém discutindo eu já vou lá e separo, não, não!” (VICTOR, 40 anos)

Existem várias motivações para os detentos estarem ingressando no trabalho dentro da instituição, a principal, como descrita nas entrevistas é ocupar o tempo, é fazer com que a mente fique sempre ocupada para que não haja espaço para pensar nas coisas que estão acontecendo na vida, na instituição prisional. Nas falas dos entrevistados percebe-se que nas situações em que eles estiveram completamente encarcerados em outras instituições o sentimento de revolta veio à tona, pois trancafiados e na ociosidade os mesmos sentiam-se como bichos. O trabalho facilitaria a adaptação na prisão, ou ainda, fazendo com que se tornem “corpos dóceis”. Outras motivações acabam fazendo com que os detentos procurem o Serviço Social para trabalhar; a melhoria da sua condição de sobrevivência dentro da prisão.

Como já descrito na 2ª seção, a galeria D é exclusivamente para os detentos que trabalham, por esse motivo essa galeria contém vários benefícios que as outras acabam não tendo, celas com melhores estruturas, mais arejadas, mais limpas e organizadas, uma cama para cada detento e celas com no máximo quatro presos.

Outro fator é o da remição da pena, que também é uma motivação para o trabalho, conforme a LEP, o Art. 126 – “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena”. “§ 1º - A contagem

do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho” (BRASIL, 2004, p. 14).

Outra motivação é o não envolvimento em discussões ou brigas, pois as outras galerias são mais propícias à revoltas com intervenções policiais. Para os detentos trabalhadores as infrações cometidas dentro da prisão implicam na perda do direito a remição da pena, conforme prevê a LEP no seu Art. 127 – “O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar” (BRASIL, 2004, p. 14).

No que diz respeito à remuneração percebida pelo detento, pelo trabalho realizado dentro de uma das oficinas, não condiz ao que prevê a LEP no seu Art. 29 – “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo” (BRASIL, 2004, p. 03).

Diante desse fato, conclui-se que não é o pagamento que os detentos recebem pelo seu trabalho o fator preponderante nesse contexto, e sim o tempo ocupado, as melhores situações da galeria onde moram, o fato de estarem em um lugar diferente durante o dia, dirigindo-se todos os dias até a oficina, ter contatos com pessoas de fora da prisão e estar em um grupo que apresente interesses semelhantes.

Por fim, a atividade física realizada pelo detento dentro da oficina de trabalho onde mora, mostra a necessidade de momentos destinados a exercícios físicos para os presos. Mesmo que por outra via, o trabalho também acaba lhes possibilitando um pouco de movimentação, pois os presos não ficam trancafiados o maior tempo do dia.

Terceiro tópico: **O destino da remuneração obtida com o trabalho nas Oficinas**

“Ah! Eu uso pra comprar coisas, comida. A minha mãe vem aqui e pega tudo”. (VINÍCIUS, 27 anos)

“Guardo. Deposito, guardo. Quando a gente precisa de alguma coisa é só comprar”. (ARTHUR, 25 anos)

O dinheiro que recebem acaba não sendo uma das principais motivações para o trabalho, pois, pelo que se pode observar na 2ª seção, os detentos recebem um ganho ínfimo se comparado as necessidades humanas básicas, para não entrar na questão da sustentação da família. Siqueira (2001, p. 68) considera que, o “salário” “na prisão, ele é uma maneira de

punir e, ao mesmo tempo, educar o preso para as mais variadas formas de exploração da força de trabalho”.

Não se pode conceber o ganho dos detentos trabalhadores como salário, ou cuja importância encontra-se na produção de riqueza. A partir do momento em que um sujeito é privado de sua liberdade ele não tem mais o seu tempo livre para vender em troca de um salário, mas uma ociosidade que termina sendo ao mesmo tempo sua alga e elemento de barganha para suportar a permanência na prisão (SAMPAIO, 1999).

Na fala dos entrevistados fica clara a necessidade de comprar coisas, com o dinheiro ganho de seu trabalho, o que normalmente para eles é a comida e material de higiene. Como no Presídio existe a possibilidade da entrada de alimentos para os detentos fazerem a própria comida, então o dinheiro obtido é investido na sua necessidade básica, alimentar-se. São os familiares que recebem o valor ganho pelo trabalho dos presos e todas as semanas são levadas as compras pela família até o Presídio.

Portanto, questiona-se qual é a funcionalidade do trabalho no sistema prisional, tendo em vista que não tem como objetivo principal produzir diretamente mais-valia, qualificar essa força de trabalho, pois os egressos das prisões são fortemente discriminados o que dificulta ainda mais sua entrada no mercado de trabalho. Qual a funcionalidade desse tipo de trabalho no modo de produção capitalista?

Na sociedade disciplinar a fabricação de corpos dóceis, que pode ser transformado, aperfeiçoado e utilizado para o atual sistema econômico, cumpre principalmente com o aspecto moralizador do trabalho.

Quarto tópico: Cursos que poderiam ser oferecidos nas Oficinas

“Ah, um negócio de desmontar alguma coisa e montar de novo, isso me interessa, fazer um negócio diferente aí, o cara já se interessa.”... (VINÍCIUS, 27 anos)

“Tipo um chapéu mexicano pequeno, aí toda trançada aquela cadeira, a coisa mais bonita do mundo!” (VINÍCIUS, 27 anos)

“Só com a cadeira que nós fazíamos o cara pagava noventa reais, por exemplo. O cara pagava noventa reais por cadeira e trazia só a armação de ferro, o resto nós fazíamos. Nós levávamos três dias pra fazer, ele pagava noventa reais pra nós, mas lá na rua era quinhentos reais a cadeira”. (VINÍCIUS, 27 anos)

“Nós ganhávamos, mas o cara ganhava também, aí desandou, não sei o que aconteceu”. (VINÍCIUS, 27 anos)

“eu tô vendo que o estudo tá fraco aqui, devia ter mais incentivo pras pessoas estudarem, né?!” (VICTOR, 40 anos)

Começando a analisar esse tópico através da LEP no que prevê o seu Art. 17 – “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (BRASIL, 2004, p. 02), tanto cursos profissionalizantes quanto a educação são direitos a que o recluso tem, no entanto não são cumpridos na integra.

Nessas falas pode-se analisar que os detentos não têm uma idéia formada sobre quais cursos profissionalizantes deveriam ser oferecidos dentro da prisão, entretanto percebe-se que há interesses dispersos que poderiam ser melhor compreendidos, caso houvesse uma pesquisa para levantar essa demanda.

Para os detentos a possibilidade de participar de um curso profissionalizante será reconhecida da mesma forma que um trabalho que já existe, porém, com a quantidade alta de presos dificilmente apenas um curso supriria as aptidões dos detentos. São pessoas diferentes com necessidades e vocações também diferenciadas.

Outro entrave no sistema prisional é justamente a falta de interesse do Estado, não existem programas assistenciais dentro da instituição pesquisada que englobem a profissionalização com intuito da ressocialização do detento.

Na segunda fala o entrevistado relata sobre a escola, diz que “o estudo está fraco”, a oportunidade de estudar não está chegando para todos dentro da instituição prisional.

Atualmente existem cerca de 10 alunos que estão estudando na escola dentro da prisão, todos da galeria C, pelo fato dos detentos que participam da escola serem dessa galeria, o restante do Presídio acaba por não participar, pois existe a regra instituída pelos presos, que os detentos que se envolveram com crimes relacionados ao abuso sexual não são aceitos no meio dos demais.

Portanto, os detentos identificam a necessidade se houver maior incentivo relacionados à educação, pois é através da mesma que se inicia o processo de cidadania, a educação enquanto saber é fundamental para todas as pessoas.

Quinto tópico: O papel da prisão

“Porque aqui não recupera ninguém. Isso aqui não recupera ninguém! Tem uns que acham que aqui vai recuperar um ser humano, pega um ser humano e joga ali no zero (solitária) e deixa um mês ali. Tu acha que recupera alguém? Recupera ninguém”! (VINÍCIUS, 27 anos)

Para dar início a análise desse tópico, primeiramente cabe citar Foucault (1977, p. 208) “Mas a obriedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos”. Pois, através da privação de liberdade, o papel da prisão para com os condenados é a da transformação do indivíduo, é recuperá-lo, regenerá-lo, com o intuito de fazer com que o sujeito pense nos atos cometidos. Todavia, é por meio do trabalho e da instrução dentro da prisão que se tem o objetivo de corrigir o sujeito, ou seja, tornando-os pessoas melhores, honestas e corretas. O papel da prisão é transformar esses sujeitos para que os mesmos voltem ao convívio em sociedade sempre dentro dos padrões da moralidade a que se alicerça a sociedade disciplinar.

Porém, o que se constata nas instituições prisionais brasileiras não condiz em sua totalidade ao papel a que se propõe a prisão. A grande parte das instituições prisionais brasileiras convive com o problema da falta de vagas, ocasionando a superlotação. A situação de presos provisórios e condenados ou também de presos primários e reincidentes dividindo o mesmo espaço, as precárias celas e instalações dos locais, a péssima comida oferecida pela instituição, os insuficientes ou inexistentes profissionais como assistentes sociais, médicos e psicólogos, o difícil acesso jurídico público e por fim, os pequenos números de postos de trabalho e de atividades educacionais a que se alicerçam o papel da regeneração, assim a prisão não cumpre seu papel.

Também, “as administrações prisionais, por sua vez, são pouco qualificadas para atender os objetivos legais e os esperados pela sociedade para as prisões. Muitas delas possuem amplos setores imersos em práticas de corrupção e violência” (SALLA, 2001, p. 18). Muitas vezes, pela falta de qualificação e preparo das direções das instituições prisionais, a prática da violência física e moral acabam tornando-se uma forma de punição para com os condenados.

O desrespeito aos direitos humanos de homens e mulheres presos no sistema prisional brasileiro caracteriza-se, principalmente, pelas constantes violações da integridade física e moral, como espancamentos, maus-tratos, condições insalubres de habitação, castigos arbitrários e ausência de atendimento médico. As humilhações de toda ordem à população carcerária e seus familiares são uma prática constante dos agentes do Estado (TORRES, 2001, p. 81).

Diante desse quadro de falência da instituição prisional brasileira, podemos constatar que é muito provável que não se consiga “recuperar” um sujeito perante a total falta de estrutura oferecida a ele, o que pode ser observado na fala do entrevistado: “*Porque aqui não recupera ninguém. Isso aqui não recupera ninguém*”! (VINÍCIUS, 27 anos)

Sexto tópico: As relações na prisão entre os presos e destes com a instituição

“Aqui na Pública é diferente, na Penitenciária já é mais sofrido. Lá o cara vê que o crime não compensa mesmo”. (MARCO, 30 anos)

“Tipo assim, aonde nós estamos aqui na Pública, ainda é um lugar menos pior, porque antes de vir pra cá eu estava no COTE, que é lá nos contêineres, que é a mesma coisa que um regime de “Penita”. Lá tu fica trancado vinte duas horas, e duas horas de sol, entendeu?”

Lá não tem alimentação como aqui, aqui a gente faz a alimentação nossa né...e aqui é comida crua da rua, a gente cozinha, faz, a gente se alimenta melhor. Lá não, lá é só comida da cadeia, lá tu passa fome, lá eles humilham você, lá é totalmente diferente.

Na Penitenciária né! E aqui é a Pública né, aqui o regime é diferente, aqui na verdade é uma adaptação do que você vai passar ainda.

Tem muita sorte as pessoas que ficam aqui, são condenados e “puxam” todo o sistema aqui, daí é uma maravilha né! Nem vê, nem sente tanta dor, mas já quem vem do outro sistema, sabe que lá é ruim e é rudi, aqui é um paraíso perante os outros lugares, tipo São Pedro, a Penitenciária”. (VICTOR, 40 anos)

Nesse tópico será analisada as relações dos detentos para com a instituição prisional. no relato dos entrevistados pode-se perceber as diferenciações que existem entre as instituições carcerárias. Quando eles referem-se à instituição Penitenciária, a do complexo penitenciário da Agrônômica, expressam certa revolta em relação ao tratamento direcionado aos detentos. Muitos ficam trancafiados dentro de contêineres superlotados, caixa de metal que são utilizadas nos transportes marítimos, fazem revezamento para poderem dormir deitados, ficam apenas duas horas no sol, a comida é só a que a instituição oferece, entre outras violações que vão desde a humilhação até a violência.

Entre tanto, na instituição pesquisada que apresenta um quadro de direitos proporcionados aos detentos, a que se refere à LEP nos seus Art. 12, Art. 13, Art. 18, Art. 21, Art. 22, Art. 24 e Art. 28 (Ver anexo 2), dessa forma, fazem com que os detentos sintam-se sujeitos de direitos e cumpram suas penas de uma forma mais amena, menos dolorosa. Os entrevistados relatam que com o benefício que a instituição proporciona de cozinhar dentro do Presídio com a comida que vem dos familiares, não perderem o total contato com o mundo “extra muros”. A permissão de ter televisão nas celas, as visitas

semanais dos familiares, o banho de sol por mais de duas horas por dia, a permissão de fazer melhorias nas celas, esses benefícios aliados a alguns direitos implementados pela instituição, acabam por refletir um sistema prisional com melhores condições para confinamento dos sujeitos.

Assim, com melhores condições de sobrevivência dentro do cárcere, o detento fica numa situação de pacificidade maior, evitando muitas vezes as fugas, rebeliões e conflitos.

Sétimo tópico: **A chegada na prisão**

“Bom, quando tu chega num lugar que tu nunca viu... principalmente em uma cadeia, prisão, tu se apavora né! Que visão do inferno, aonde eu vim parar. A visão é apavorante”. (VICTOR, 40 anos)

Oitavo tópico: **A população da prisão**

“... Mãe nós somos que nem um bicho, se largar nós lá, hoje nós não vamos querer dormir aqui, mas daqui uns dois ou três dias nós vamos estar dormindo no cantinho, porque nós vamos nos adaptar, e é assim que funciona”. (VICTOR, 40 anos)

Nesses dois tópicos será feita uma análise em conjunto, a chegada do sujeito na prisão e como essa população se adapta com o passar do tempo. Como pode-se perceber no relato do entrevistado, a chegada do sujeito em uma instituição carcerária é aterrorizante. Pois, o indivíduo primeiramente perde o seu direito de ir e vir, é colocado num estado de privação da sua liberdade. A sua vida acaba mudando completamente do “dia para noite”, o mesmo é trancafiado em um local minúsculo, onde muitas vezes divide a cela com diversos outros, pessoas que ele não conhece, onde ele tem que se acostumar com as regras impostas no lugar. Perde completamente a sua privacidade, não tem o seu direito de expressão, as regras são impostas em uma relação de poder, tanto da parte da instituição carcerária para com o sujeito encarcerado, quanto de preso para preso.

A partir do momento que chega a uma instituição carcerária, do sujeito, é retirado muitos dos seus direitos, como a liberdade, impor suas vontades, falar o que quiser, esses são fatos que para quem está fora da prisão parecem situações corriqueiras ou banais, mas para quem está numa situação de encarceramento existem regras e normas a serem cumpridas.

A disciplina é imposta pela instituição carcerária da forma em que o poder absoluto dela prevaleça aos dos presos, pois existe uma rotina diária, desde o momento em que se acorda e é servido o café da manhã até o horário em que as luzes são apagadas para dormir.

Todos são controlados e vigiados, dessa maneira esse processo diário aos poucos vai tornando-se uma rotina, é essa forma de naturalização das regras, que pode ser explicada através da fala de Foucault (1977, p. 153), em que diz que “O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se aprimorar e de retirar, tem como função maior “adestrar””.

E é através desse adestramento que em todos os espaços da sociedade se encontrará essa disciplina, também no que tange o aparelho do sistema penal. Esses “corpos dóceis” ou sujeitos encarcerados acabam por adaptar-se ao processo disciplinar consequentemente ao aprisionamento.

Nono tópico: **Atividades exercidas antes da prisão**

“Comecei a trabalhar com quinze (15) anos. Eu trabalhava com hidráulica e instalação de piscinas, trabalhei um bom tempo com isso, quase uns dez anos”. (MARCO, 30 anos)

“Comecei a trabalhar, aos quinze anos”. (ARTHUR, 25 anos)

“Eu trabalho desde os catorze anos”. (VICTOR, 40 anos)

Os entrevistados afirmaram em suas falas que desde cedo começaram a trabalhar, todos eles ainda na adolescência, entre 14 e 15 anos, porém, sempre em empregos com seus familiares, informais ou com baixa remuneração, alguns falaram durante as entrevistas que trabalhavam e ao mesmo tempo já estavam envolvidos com a ilegalidade. Relataram que era difícil arranjar emprego, principalmente quando se é muito jovem, mas quando conseguiam eram mal remunerados e explorados, com que ganhavam dificilmente supriam as suas necessidades e as da família.

Vale ressaltar, que o emprego é importante na vida do jovem, porém, o mundo do trabalho para o jovem torna-se cada vez mais difícil e instável, isso deve-se a instabilidade da economia, a falta de qualificação e a baixa escolaridade, pois muitos abandonam a escola para poderem trabalhar.

Esses jovens, primeiramente os que fazem parte de uma classe social de baixa renda, acabam desde muito cedo inserindo-se no mercado de trabalho. Isso deve-se muitas vezes pela necessidade de ajudar a contribuir para o sustento da família. Sendo assim, o desemprego, realidade que assola grande contingente da população brasileira, é um fato que tem repercussões bastante negativas para as pessoas que o vivenciam. Essa população como

se descartada, socialmente excluída e marginalizada, sofre com as privações diversas que a situação de desemprego lhes impõe. Esta realidade é também vivenciada pela juventude, que enfrenta grande dificuldade para inserir-se no mundo do trabalho remunerado.

Apesar de o trabalho ser sinônimo de aquisição e de autonomia para o jovem, de acordo com Pochmann (2000, p. 65): “o atual padrão ocupacional do jovem sinaliza o agravamento do quadro de marginalização e desagregação social produzido pela condução das políticas macroeconômicas e reproduzido pelo funcionamento desfavorável do mercado de trabalho”.

Esses jovens, em situação de risco pessoal e social, são impossibilitados de vivenciar a própria juventude, pois são privados de motivação e disposição para a elaboração de um projeto de vida, o que parece contribuir, conseqüentemente, devido as circunstâncias para que ingressem no mundo do crime e da delinquência.

Portanto, com a falta de oportunidade de trabalho para os jovens, muitos acabam encontrando no crime a única forma de sobrevivência, pois como não tiveram a chance de ingressar no mundo do trabalho, encontraram na ilegalidade uma maneira para suprir suas necessidades básicas. Perante essa triste realidade, os jovens estão ganhando destaque no grande aumento da mortalidade juvenil aliado sempre a violência. Violência essa que chega aos jovens através do narcotráfico, do analfabetismo e do crime organizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizando a obra de Foucault, autor que alicerçou essa monografia, pode-se perceber que a “Prisão” desde o seu nascimento é um sistema fracassado, principalmente no que tange o seu papel principal, que é o da transformação dos sujeitos, ou seja, “recuperá-los”.

As técnicas penitenciárias de recuperação do sujeito através do trabalho e da educação nunca foram cumpridas efetivamente em dois séculos de história prisional, pois a prisão continua mantendo a delinquência, a reincidência, a discriminação, a violência, a exclusão social, enfim, todos tipos de fatores que possam de alguma forma marginalizar os sujeitos.

Este sistema continua existindo pela sua funcionalidade à sociedade capitalista, pois, se durante tanto tempo não houve um progresso no sistema prisional, e mesmo assim ele continua sólido nos tempos atuais, é porque ele é interessante no seu processo de excluir a massa delinqüente e marginalizada e, ao mesmo tempo, punir aqueles que infringem a lei de subordinação ao trabalho nos moldes como ele se realiza nessa mesma sociedade.

O trabalho dentro da prisão também acaba não cumprindo o seu papel, que é através dele ressocializar os sujeitos, reintegrá-los a sociedade, pois não existe nenhum comprometimento do poder político em fazer cumprir o que determina a lei, que o condenado deva trabalhar e estudar dentro da instituição prisional com intuito de reintegrá-lo a sociedade. Tanto que, na instituição carcerária pesquisada não tem programas que possam auxiliar o recluso ao egresso.

Pode-se constatar através das entrevistas obtidas, que o trabalho prisional dentro da instituição pesquisada, acaba não possuindo o intuito de ressocialização e está longe de promover o desenvolvimento pessoal. A mesma tem uma percentagem mínima de reclusos que tem acesso ao trabalho, e os que tem, pouco lhe servirá em sua liberdade, levando-os cada vez mais a se afastar das condições necessárias dele garantir a sua sobrevivência fora da criminalidade.

Dessa forma, o trabalho prisional tem de ser organizado de maneira que as tarefas realizadas não representem apenas uma “ocupação da mente”, mas que, acima de tudo, os reclusos encontrem nas condições de trabalho os fatores necessários para o seu desenvolvimento pessoal.

Portanto, o trabalho na prisão tem uma função corretiva, ele tem um aspecto puramente moralizador, vale ressaltar que para os representantes da lei, a privação da liberdade não consiste em punir os sujeitos, e sim, os mesmos defendem que a forma-prisão é

um mecanismo de correção, e é através do trabalho que o criminoso torna-se uma pessoa correta, honesta e digna.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Censo penitenciário de 1995**. Brasília, 1995.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Censo penitenciário de 2002**. Brasília, 2002.

_____. Lei de Execução Penal. **Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 05 maio 2009.

FARIA, José Eduardo. O poder Judiciário nos Universos Jurídico e Social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo n. 67, p. 7-17, set. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

GODOY, A. S. Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. São Paulo: RAE, 1995.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 67, p. 38-52, set. 2001.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou Punir?: como o Estado trata o criminoso**. São Paulo: Cortez, 1987.

PINHEIRO, Vera úcia. **Socialização, Violência e Prostituição**. Campinas. 2006. (Tese) Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação. Campinas. 2006.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALLA, Fernando. Rebeliões nas Prisões Brasileiras. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: n. 67, p. 18-37-52, set. 2001.

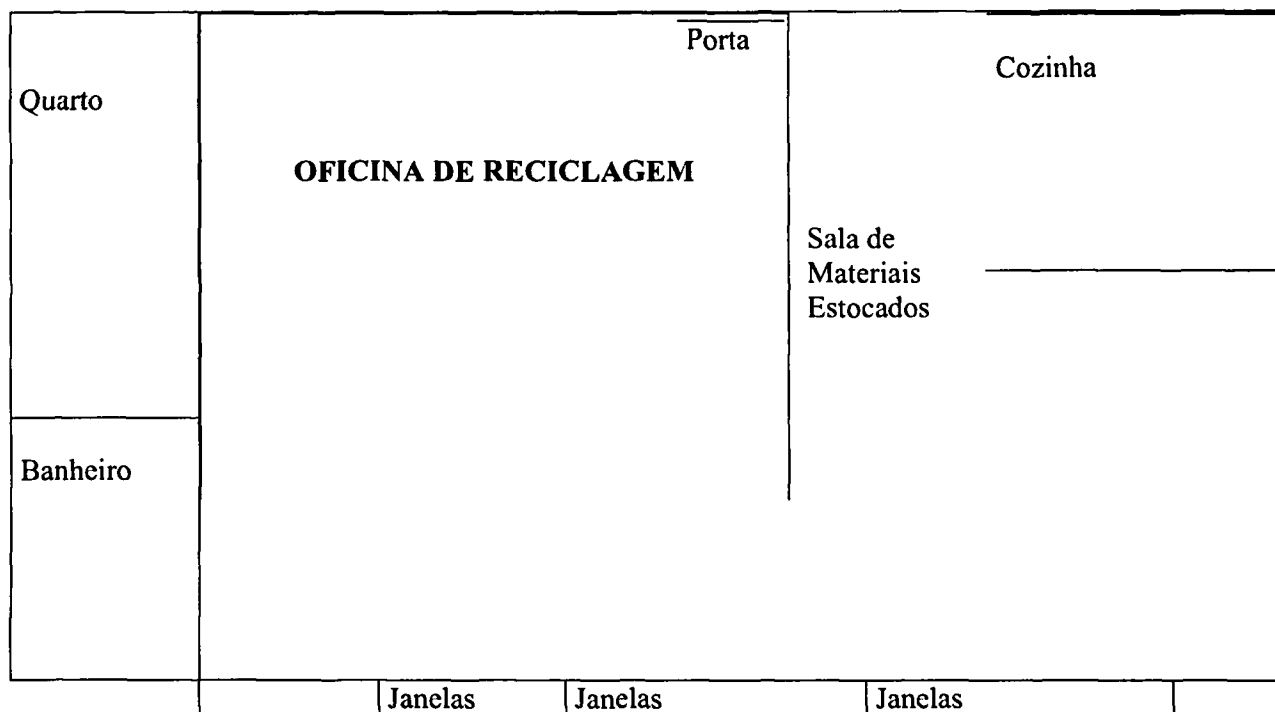
SAMPAIO, Simone Sobral. **A assistência social como instrumento do poder disciplinar**. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

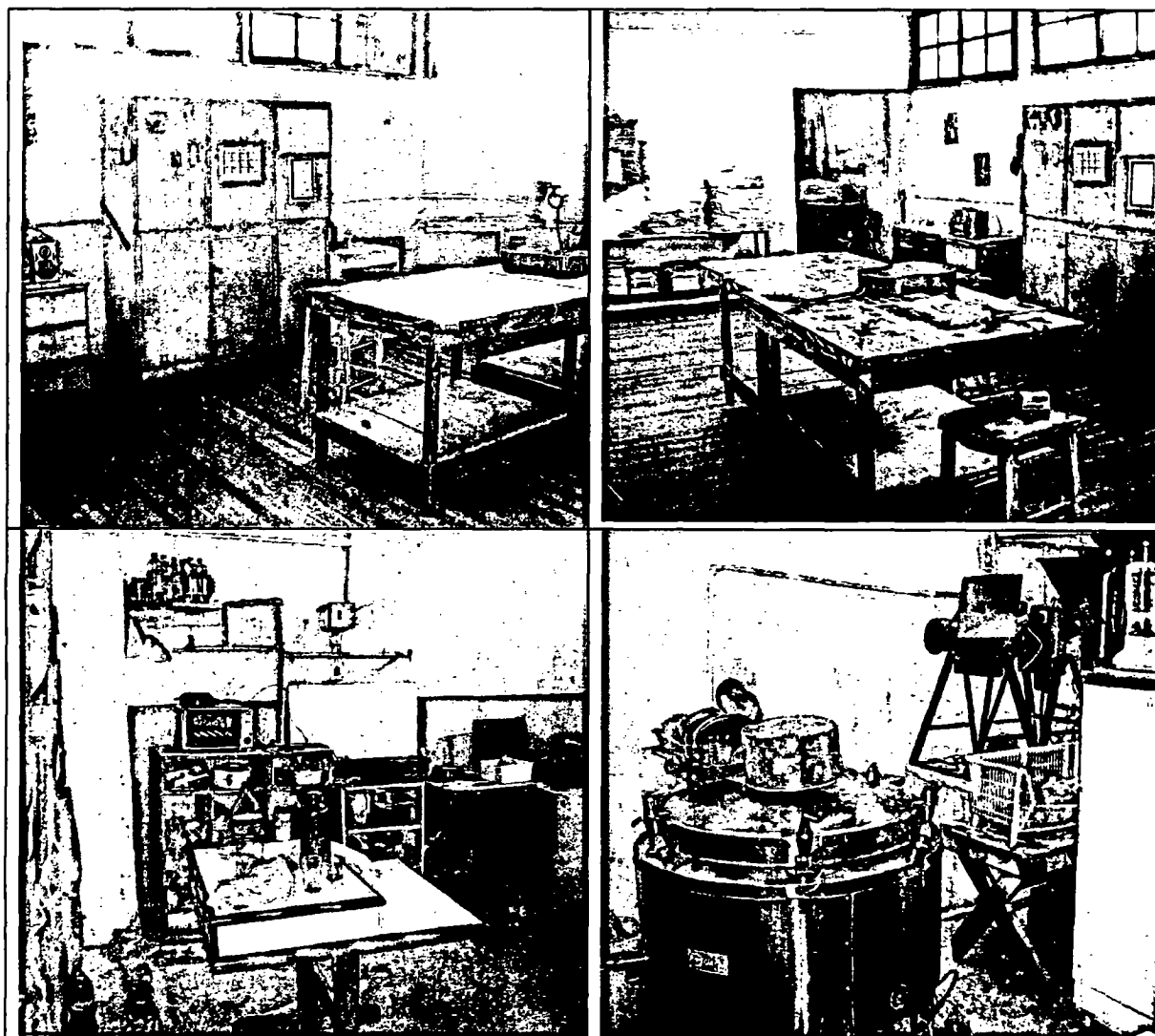
SIQUEIRA, Jailson Rocha. O Trabalho e a Assistência Social na Reintegração do Preso à Sociedade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 67, p. 53-75, set. 2001.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

TORRES, Andrea Almeida. Direitos Humanos e Sistema Penitenciário Brasileiro: desafio ético e político do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo n. 67, p. 76-92, set. 2001.

APÊNDICES

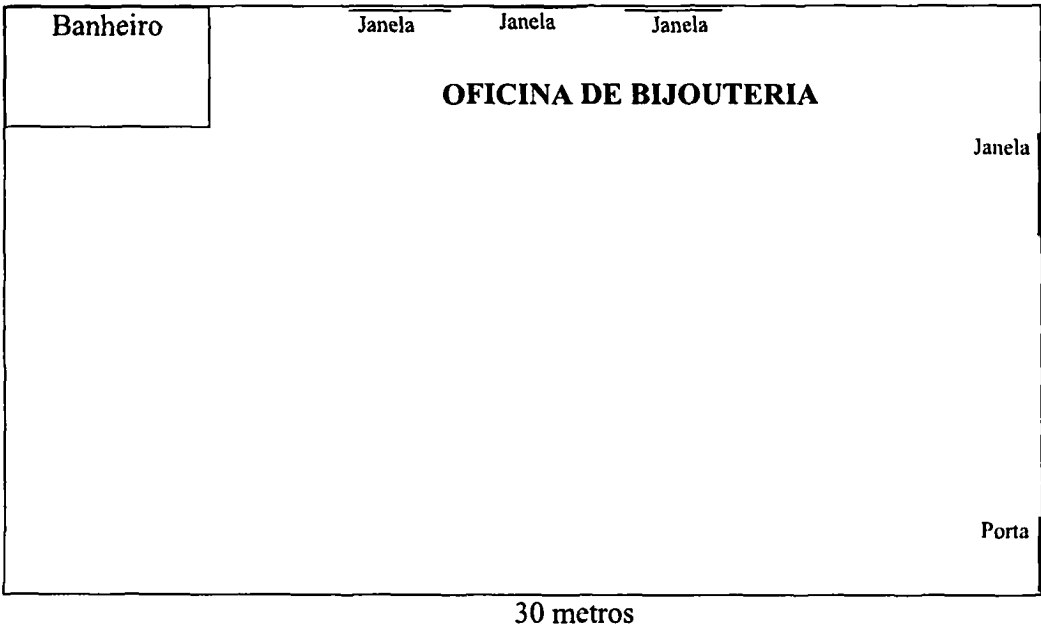
APÊNDICE 1: Planta Baixa – Oficina de Reciclagem

APÊNDICE 2: Oficina de Reciclagem

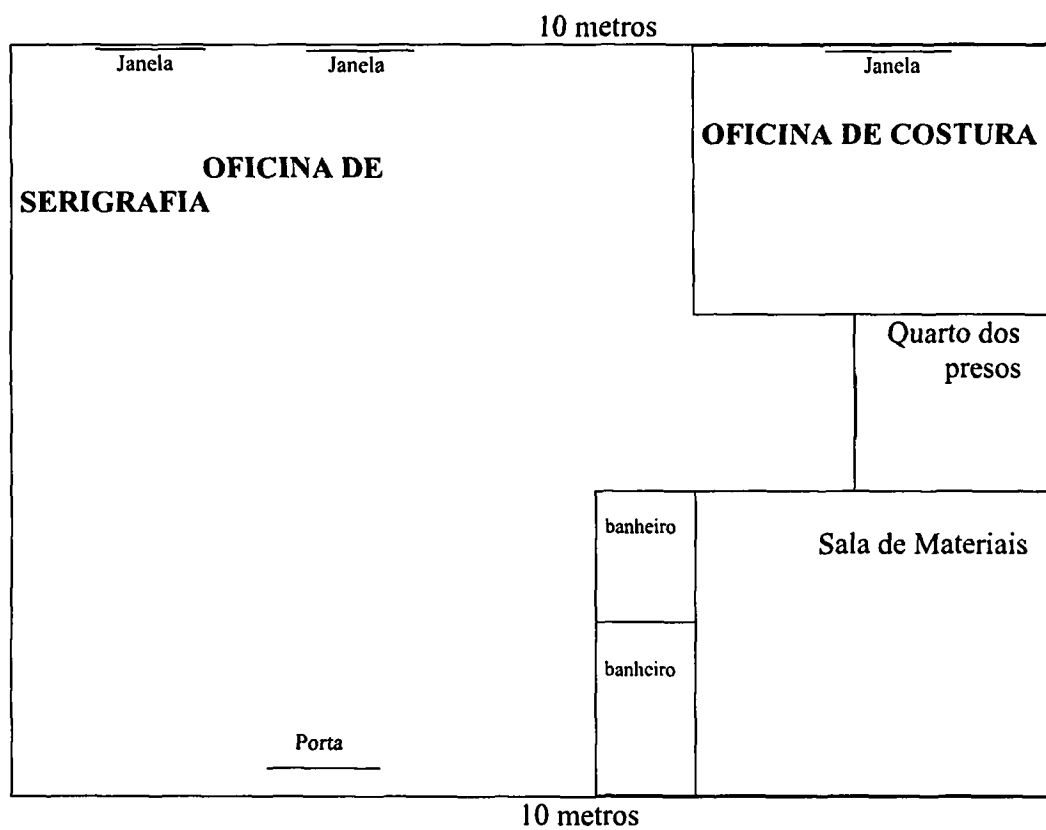


APÊNDICE 3: Quarto da Oficina de Reciclagem

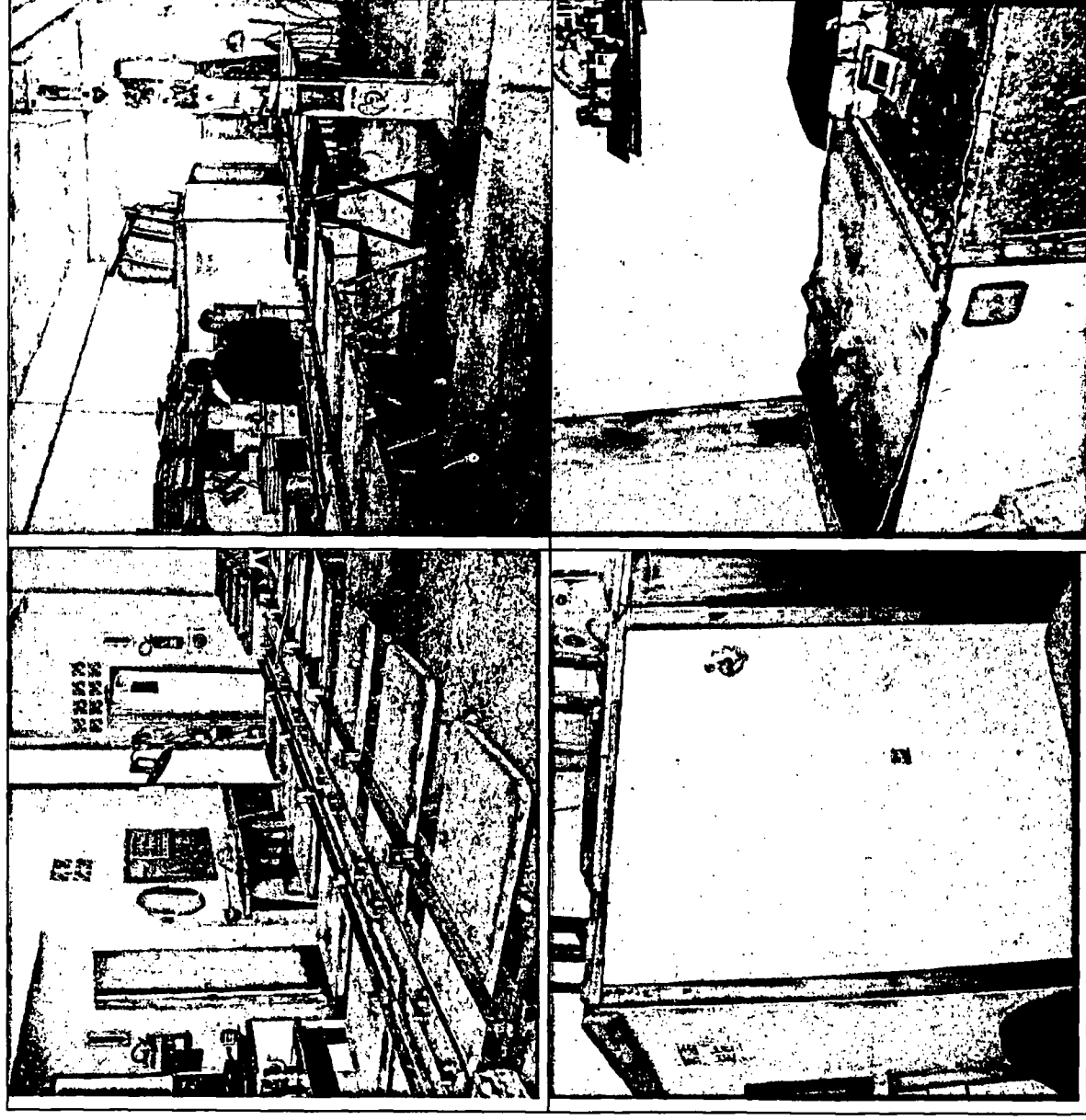
APÊNDICE 4: Planta Baixa – Oficina de Bijuteria

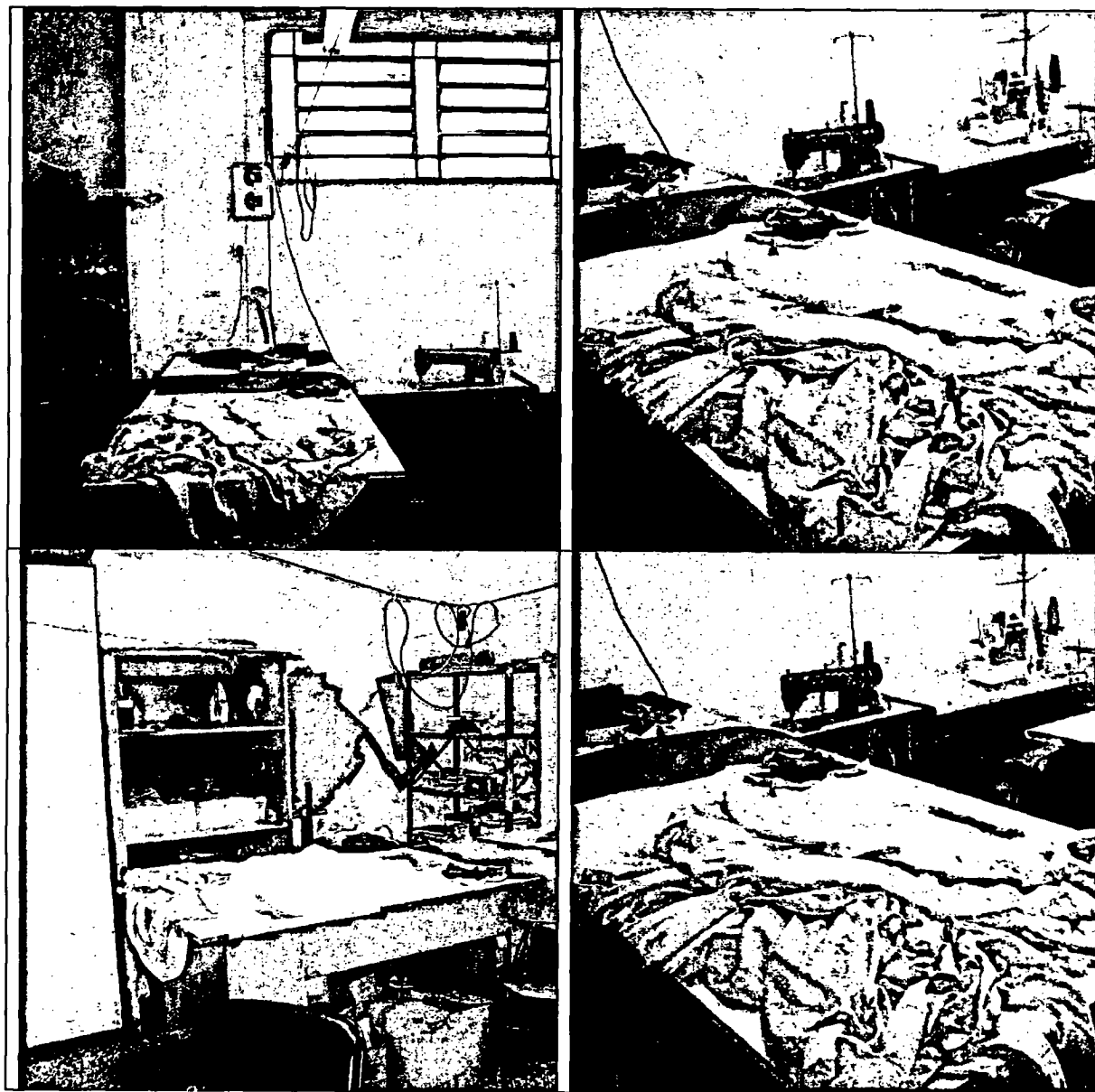


APÊNDICE 5: Oficina de Bijuteria

APÊNDICE 6: Planta Baixa - Oficinas de Costura e Serigrafia

APÊNDICE 7: Oficina de Siregrafia e Sala de Revelação



APÊNDICE 8: Oficina de Costura

APÊNDICE 9: Entrevista aos Detentos

1 – IDENTIFICAÇÃO

- Nome
- Idade
- Naturalidade
- Estado Civil
- Número de filhos
- Já foi julgado () sim () não Se sim, quanto tempo ____
- Delito () primário () reincidente
- Escolaridade

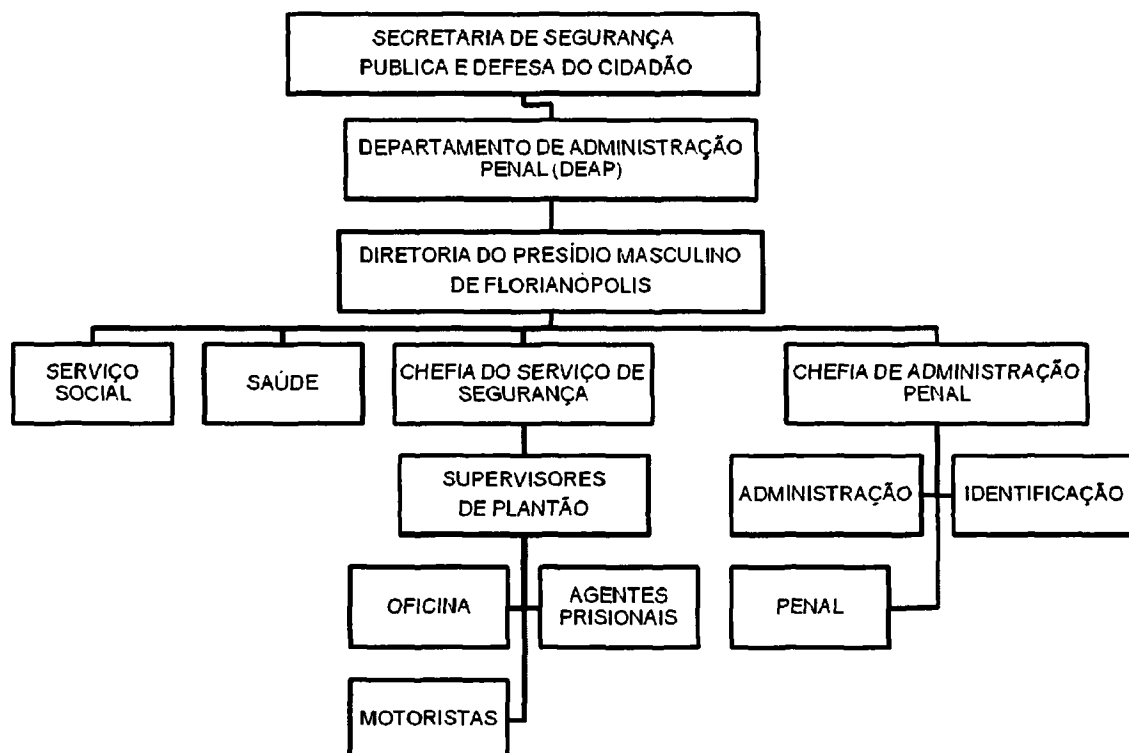
2 – COTIDIANO NA PRISÃO

- Há quanto tempo você está preso?
- Como é a sua integração com o ambiente carcerário e seus companheiros?(a questão da individualização, o que ele faz para estar ou ficar bem aqui dentro)
- Como você vê o presídio? Antes de você estar aqui, você o imaginava de que maneira? Está dentro das suas expectativas?

3- VIDA PROFISSIONAL

- Com que idade você começou a trabalhar?
- Quais foram as atividades que você já exerceu, ou no que você já trabalhou?
- Por qual motivo você decidiu trabalhar aqui dentro do presídio?
- É satisfatório o trabalho que você exerce aqui nas oficinas, dentro do presídio?
- O trabalho que você está exercendo aqui dentro do presídio; você acha que vai utilizá-lo lá fora?
- Caso existisse um curso profissionalizante dentro do presídio, você participaria? Por quê?

ANEXOS

ANEXO 1: Organograma da Instituição

ANEXO 2: LEI DE EXECUÇÃO PENAL

LEI N.º 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Art. 1º - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 2º - A jurisdição penal dos juízes ou tribunais da justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único - Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Art. 3º - Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único - Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º - O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

TÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO

CAPÍTULO I DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 5º - Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º - A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.

Art. 7º - A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa da liberdade.

Parágrafo único - Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do Serviço Social.

Art. 8º - O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único - Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

Art. 9º - A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas;

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários.

CAPÍTULO II DA ASSISTÊNCIA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único - A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11 - A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa.

SEÇÃO II DA ASSISTÊNCIA MATERIAL

Art. 12 - A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Art. 13 - O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

SEÇÃO III DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 14 - A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º - (Vetado).

§ 2º - Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

SEÇÃO IV DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Art. 15 - A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

Art. 16 - As unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica nos estabelecimentos penais.

SEÇÃO V DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Art. 17 - A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18 - O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19 - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único - A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20 - As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21 - Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

SEÇÃO VI DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 22 - A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23 - Incumbe ao serviço de assistência social:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;

II - relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

SEÇÃO VII DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Art. 24 - A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º - No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º - Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

SEÇÃO VIII DA ASSISTÊNCIA AO EGRESSO

Art. 25 - A assistência ao egresso consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Parágrafo único - O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Art. 26 - Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

Art. 27 - O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho.

CAPÍTULO III DO TRABALHO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º - Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º - O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29 - O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.

§ 1º - O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º - Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em cadernetas de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 30 - As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

SEÇÃO II DO TRABALHO INTERNO

Art. 31 - O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Parágrafo único - Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

Art. 32 - Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º - Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º - Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º - Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Art. 33 - A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis), nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

Parágrafo único - Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

Art. 34 - O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

Parágrafo único - Nessa hipótese, incumbirá à entidade gerenciadora promover e supervisionar a produção, com critérios e métodos empresariais, encarregar-se de sua comercialização, bem como suportar despesas, inclusive pagamento de remuneração adequada.

Art. 35 - Os órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares.

Parágrafo único - Todas as importâncias arrecadadas com as vendas reverterão em favor da fundação ou empresa pública a que alude o artigo anterior ou, na sua falta, do estabelecimento penal.

SEÇÃO III DO TRABALHO EXTERNO

Art. 36 - O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º - O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º - Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º - A prestação de trabalho a entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Art. 37 - A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de um sexto da pena.

Parágrafo único - Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

CAPÍTULO IV DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

SEÇÃO I DOS DEVERES

Art. 38 - Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena.

Art. 39 - Constituem deveres do condenado:

I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;

II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;

III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;

IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;

VI - submissão à sanção disciplinar imposta;

VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores;

VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;

IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;

X - conservação dos objetos de uso pessoal.

Parágrafo único - Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo.

SEÇÃO II DOS DIREITOS

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

I - alimentação suficiente e vestuário;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - previdência social;

IV - constituição de pecúlio;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Parágrafo único - Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Art. 42 - Aplica-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta Seção.

Art. 43 - É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.

Parágrafo único - As divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidas pelo juiz de execução.

SEÇÃO III DA DISCIPLINA

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Parágrafo único - Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.

Art. 45 - Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 1º - As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

§ 2º - É vedado o emprego de cela escura.

§ 3º - São vedadas as sanções coletivas.

Art. 46 - O condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares.

Art. 47 - O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares.

Art. 48 - Na execução das penas restritivas de direitos, o poder disciplinar será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado.

Parágrafo único - Nas faltas graves, a autoridade representará ao juiz da execução para os fins dos arts. 118, I, 125, 127, 181, §§ 1º, d, e 2º desta Lei.

SUBSEÇÃO II DAS FALTAS DISCIPLINARES

Art. 49 - As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções.

Parágrafo único - Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

Art. 50 - Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;

II - fugir;

III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;

IV - provocar acidente de trabalho;

V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas;

VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do art. 39 desta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao preso provisório.

Art. 51 - Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que:

I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;

II - retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta;

III - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do art. 39 desta Lei.

Art. 52 - A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e sujeita o preso, ou condenado, à sanção disciplinar, sem prejuízo da sanção penal.

SUBSEÇÃO III DAS SANÇÕES E DAS RECOMPENSAS

Art. 53 - Constituem sanções disciplinares:

I - advertência verbal;

II - repreensão;

III - suspensão ou restrição de direitos (art. 41, parágrafo único);

IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no art. 88 desta Lei.

Art. 54 - As sanções dos incisos I a III do artigo anterior serão aplicadas pelo diretor do estabelecimento; a do inciso IV, por conselho disciplinar, conforme dispuser o regulamento.

Art. 55 - As recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho.

Art. 56 - São recompensas:

I - o elogio;

II - a concessão de regalias.

Parágrafo único - A legislação local e os regulamentos estabelecerão a natureza e a forma de concessão de regalias.

SUBSEÇÃO IV DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 57 - Na aplicação das sanções disciplinares levar-se-á em conta a pessoa do faltoso, a natureza e as circunstâncias do fato, bem como as suas conseqüências.

Parágrafo único - Nas faltas graves, aplicam-se as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 53 desta Lei.

Art. 58 - O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - O isolamento será sempre comunicado ao juiz da execução.

SUBSEÇÃO V DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Art. 59 - Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa.

Parágrafo único - A decisão será motivada.

Art. 60 - A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

Parágrafo único - O tempo de isolamento preventivo será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, MANOEL GRANDES SANTOS, autorizo a publicação de conteúdo de entrevista por mim concedida à acadêmica Diana Ferra no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de sua autoria, intitulado A Prática do Trabalho que tem como objetivo analisar e apreender o significado do trabalho prático para aqueles que o vivem.

Tal consentimento refere-se à autorização do uso do conteúdo expresso na entrevista realizada em 17/04/05, estando ciente desse conteúdo e que fará parte do referido TCC na forma de textualização.

Data

Assinaturas:

Entrevistado:

Acadêmica:


Roseana da Silva
Matr. 185037-1
AS/CRESS 0795

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, Gilberto T. dos Santos, autorizo a publicação de conteúdo de entrevista por mim concedida à acadêmica Dianê Ferri no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de sua autoria, intitulado A Prisão e o Trabalho que tem como objetivo analisar e apreender o significado do trabalho prisional para aqueles que o vivem.

Tal consentimento refere-se à autorização do uso do conteúdo expresso na entrevista realizada em 27/03/09, estando ciente desse conteúdo e que fará parte do referido TCC na forma de textualização.

Data

Assinaturas:

Entrevistado: ☒ Gilberto T. dos Santos

Acadêmica: 

Roseana da Silva
Matr. 195037-1
ASICRESS 0795

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, Guilherme Hanga, autorizo a publicação de conteúdo de entrevista por mim concedida à acadêmica Dianê Foni no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de sua autoria, intitulado A Prisão e o Trabalho que tem como objetivo analisar e apreender o significado do trabalho prisional para aqueles que o vivenciam.

Tal consentimento refere-se à autorização do uso do conteúdo expresso na entrevista realizada em 08/05/03, estando ciente desse conteúdo e que fará parte do referido TCC na forma de textualização.

Data

Assinaturas:

Entrevistado:

Acadêmica:

Roseana da Silva
Matr. 195037-1
ASICRESS 0795

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

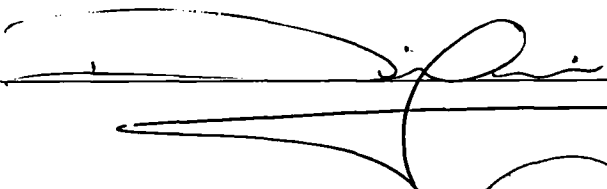
Eu, Handerson Pacheco B, autorizo a publicação de conteúdo de entrevista por mim concedida à acadêmica Dianês Ferri no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de sua autoria, intitulado A Prisão e o Trabalho que tem como objetivo analisar e apreender o significado do trabalho prisional para aqueles que o vivem.


Tal consentimento refere-se à autorização do uso do conteúdo expresso na entrevista realizada em 15/05/09, estando ciente desse conteúdo e que fará parte do referido TCC na forma de textualização.

Data

Assinaturas:

Entrevistado: Handerson Pacheco B

Acadêmica: 


Roseana da Silva
Matr. 195037-1
AS/CRESS 0795